

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povofivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Convenção Autárquica símbolo de Vitória do PSD

Editorial

MINISTRO SEM DEFESA!

Para quem ainda tivesse dúvidas, os acontecimentos dos últimos dias em torno do episódio da convocada manifestação dos militares esclareceu tudo de vez.

Primeiro esclarecimento: não atires pedras ao ar que te podem cair na cabeça.

O PS claramente não tomou em devida conta este velho aforismo popular. Andou anos e anos a vociferar contra o Governo do PSD em defesa do associativismo militar e das forças de segurança. O PSD lá lhe ia tentando explicar que não conseguiriam distinguir associativismo e sindicalismo e que um dia o caldo se entornaria. O PS ignorava a voz da razão e prosseguia na sua luta cega. Uma vez chegados ao Governo cumpriram a sua promessa com a alegria própria de quem não sabe o que faz.

Não foi preciso esperar muito! Cá está o PSD na espinhosa missão de dizer ao PS a estafada frase: "bem vos tínhamos avisado..."

Segundo esclarecimento: à esquerda tudo é permitido.

Deste episódio confirma-se também o que tem sido reafirmado nos últimos 30 anos. O PS proíbe uma manifestação: não há problema. Logo vários autorizados comentadores e fazedores de opinião desdramatizam a questão e afirmam sem dúvidas a justeza da posição do PS: manifestações de militares, que horror! têm direito a associarem-se, que mais querem? agradeçam e peçam desculpa.

Se tivesse sido um Governo do PSD, levantavam-se de imediato as vozes dos mesmos comentadores clamando pela ameaça do regresso do fascismo, pelas liberdades fundamentais em risco, pelas perseguições salazaristas, que eram imediatamente recordadas...

É óbvio que os militares não tinham o direito de convocar a manifestação, como aliás os tribunais já afirmaram, mas o Governo tinha o dever de os tratar com a dignidade que merecem, sem arrogância, nem autismo. Faltou sentido de Estado ao Governo!

Vejam em que posição ficaram os militares, de se verem obrigados pelo Governo do PS a refugiarem-se atrás das suas mulheres, que dizem será quem vai convocar a próxima manifestação.

Terceiro esclarecimento: o Ministro da Defesa não quer ser Ministro da Defesa.

Não quer nem nunca quis! Já era evidente e tomou-se óbvio.

Luís Amado queria ser e quer ser Ministro dos Negócios Estrangeiros. Defesa nem pensar. Não sabe de defesa, não quer saber e tem horror a quem sabe! Quanto não daria por estar agora nas Nações Unidas a discutir a reforma da Organização rodeado de chefes de Estado, de embaixadores e colegas. Isso sim.

Sócrates, porém, precisava de Freitas do Amaral, podia ser importante para as presidenciais. Amado lá teria o seu MNE mas só quando Freitas saísse. Até lá que fosse espiando os seus pecados na Defesa.

O resultado está à vista!



Destaques:

*- Compromisso Social-Democrata
para as autarquias*

pag 02

- Discurso de Marques Mendes

pag 07

- Autárquicas 2005

pag 11

- Primeira reunião do Conselho Estratégico

pag 24



A convenção do autárquica do PSD, que marcou o arranque dos trabalhos para as autárquicas de Outubro, decorreu na tarde do dia 10, no Coliseu dos Recreios em Lisboa, com uma assistência que preencheu aquele vasto espaço da nossa cidade.

Os trabalhos foram abertos por Dias Loureiro, e encerrada pelo presidente do nosso Partido, Luís Marques Mendes, e contou com a

Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e candidato do PSD à Câmara de Viseu, Fernando Ruas, recusou a ideia de que as autarquias são responsáveis pelo “descontrolo das contas públicas” e apelou a todos os candidatos Sociais-Democratas para “combaterem pela credibilidade do poder local”.

Fernando Ruas recordou ainda as declarações de Mário Soares a um



programa de televisão, onde o candidato à Presidência da República apoiado pelo PS acusou os autarcas de “promoverem a corrupção”.

“Foi uma descon sideração para o poder local, que não podemos admitir de ninguém e muito menos de Mário Soares”, sublinhou.

O presidente dos Autarcas Sociais-Democratas e candidato à Câmara Municipal do Fundão, Manuel Frexes, teceu ainda duras críticas ao Governo, nomeadamente

a forma como o executivo de José Sócrates lidou com “a tragédia dos incêndios”.

“Chegou o momento do Governo ser punido com cartão laranja por todos os portugueses”, defendeu.

O actual vice-Presidente do PSD e candidato a um segundo mandato à Câmara de Coimbra, Carlos Encarnação, apresentou a “carta de princípios” subscrita por todos os candidatos às eleições, e no decorrer dos trabalhos foi feita a projecção de

participação de vários autarcas e candidatos, entre os quais teremos de destacar, pela importância das autarquias que representam, Carmona Rodrigues, de Lisboa e Rui Rio, do Porto.

Dias Loureiro, reconheceu que as eleições de 9 de Outubro, terão “sempre uma leitura nacional”, representando uma oportunidade para os sociais-democratas ficarem com uma “voz reforçada”.

“Cada eleição autárquica é decisiva. Mas também são importantes globalmente. As eleições autárquicas têm sempre uma leitura nacional”, afirmou. Apontando a conquista do maior número de câmaras como o objectivo dos Sociais-Democratas para as autárquicas de 9 de Outubro, Dias Loureiro considerou que estas eleições poderão servir para “dar mais peso ao PSD no Portugal de hoje”.

“Queremos ganhar em número e nas grandes câmaras”, referiu, sublinhando que, com essa vitória, “o PSD ganhará mais alento e ficará com uma voz mais reforçada”.

Depois da intervenção de Dias Loureiro, o presidente da Associação



TERRA A TERRA, PORTUGAL



para que as novas entidades supramunicipais sejam dotadas de capacidade de acção e instrumentos, que lhes permitam gerir em economias de escala as sinergias locais e regionais.

Novo regime de financiamento autárquico

Sem prejuízo do princípio de que a novas competências devem corresponder os respectivos meios, impõe-se aprovar uma nova Lei das Finanças Locais. A actual lei das finanças locais está desajustada da realidade penalizando dessa forma quer os interesses do estado quer os interesses das Autarquias Locais.

depoimentos de mais 40 autarcas de todo o país.

O Compromisso Social-Democrata para as Autarquias

A aposta na descentralização e a reclamação de um novo regime de financiamento autárquico são dois dos compromissos da Carta de Princípios subscrita hoje pelos candidatos do PSD às eleições autárquicas de 9 de Outubro.

Com nove pontos, o «Compromisso» que vincula o partido e os seus eleitos, tem como objectivo “estretar a relação de confiança com os eleitores” e é o seguinte o seu texto completo:

Os Portugueses irão eleger, no próximo dia 9 de Outubro, os seus representantes no Poder Local, um dos pilares institucionais do regime democrático e da organização do Estado.

O Partido Social-Democrata vai apresentar-se nessas eleições com um património político de trinta anos de combate pela afirmação do poder local e com as responsabilidades que decorrem de ser a força política que elegeu, nas últimas autárquicas, o maior número de Presidências de Câmaras e de Juntas de Freguesia.

O Poder Local tem assumido um papel relevante no processo de crescimento e desenvolvimento do País, na atenuação dos múltiplos desequilíbrios estruturais, sociais ou de qualidade de vida que ainda persistem no conjunto do território nacional e na mais eficiente prestação

de serviços aos cidadãos.

Este reconhecimento não obsta que se entenda necessário fortalecer o Poder Local, alargar a sua capacidade de intervenção na vida colectiva, reforçar a sua identificação com os cidadãos e com os seus problemas concretos.

O PSD pretende, nestas eleições autárquicas, contribuir para a concretização desses objectivos essenciais e estratégicos do Poder Local. Nesse sentido, entende definir um quadro de princípios que vincula o Partido e os seus eleitos, estreitando a relação de confiança com os eleitores.

Desenvolvimento Sustentado

O Poder Local assume o desenvolvimento sustentado como princípio estruturante da sua actuação.

Criar riqueza para garantir maior justiça social é um objectivo essencial para o País, para o qual as Autarquias querem também concorrer, de forma determinada. Os autarcas querem, porém, deixar claro que a criação de riqueza se fará sempre com respeito pelos valores do ambiente, do ordenamento do território e da qualidade de vida dos cidadãos.

Encurtar o tempo médio de resposta aos cidadãos

Os cidadãos e as empresas reclamam respostas em tempo oportuno. As Autarquias ao serviço do desenvolvimento têm que ser expeditas nas decisões e claras no modo de comunicar. O cidadão tem



que ver os serviços como aliados e não como empecilhos à sua vontade de realizar.

Decidir depressa e com clareza tem que ser a imagem de marca do Poder Local.

Apostar na descentralização

O PSD sempre entendeu que a missão de serviço aos cidadãos se cumpre de forma mais eficiente com um poder mais próximo das pessoas e dos seus problemas.

Neste sentido, o Estado central deve reduzir o seu peso e a sua presença, em áreas onde o Poder Local pode fazer melhor e com menos recursos. Daí o compromisso de lutar pela adequada transferência de maiores competências e responsabilidades para as Autarquias Locais. Este desiderato deve ser articulado com a criação de condições

Garantir a governabilidade para as autarquias

O sistema eleitoral deve ser revisto para permitir a constituição de executivos municipais maioritários, em obediência ao princípio da responsabilização política, por forma a garantir que quem ganha eleições possa cumprir, com estabilidade, o programa sufragado pelos eleitores.

A clara distinção entre os órgãos executivos e os órgãos de fiscalização política reforça a transparência democrática e garante a governabilidade das Autarquias.

Simplificação da legislação urbanística

O quadro jurídico que vigora nas



áreas do ordenamento do território, do planeamento urbanístico e do licenciamento de obras particulares, é demasiado complexo, burocrático e passível de gerar injustiças.

São precisos procedimentos mais céleres e eficazes, mais transparentes e rigorosos para garantir a efectiva qualidade de gestão urbanística.

Apostar decisivamente nas novas tecnologias

As bases de dados, a cartografia digital, os sistemas de comunicação e de decisão interna, são hoje indispensáveis ferramentas de trabalho. Falta ainda um passo essencial: o acesso generalizado dos cidadãos, a partir das suas próprias casas, à situação de gestão dos processos que lhes dizem respeito, para assegurar a desejada transparência de administração.

Melhorar os normativos da constituição e do funcionamento das empresas municipais

As diversas formas empresariais e societárias, envolvendo parceiros públicos e privados, carecem de adequada evolução normativa em matérias que, no futuro, vão ter importância crescente. A escassez de recursos financeiros públicos suscitará envolvimento empresarial, que devem ocorrer num

quadro normativo claro e transparente, de forma a garantir a salvaguarda do interesse público.

Melhorar a produtividade e a qualidade geral dos serviços da Administração Local

Queremos uma administração ágil, flexível, competente e dinâmica.

Abolir a burocracia desnecessária e eliminar os custos de ineficiência são objectivos centrais para a Administração Local. Os critérios de gestão devem conter indicadores que estimulem a competição, a responsabilidade e a avaliação do desempenho dos serviços das Autarquias, com o objectivo de servir melhor os cidadãos e promover o desenvolvimento económico, social e cultural. - Lisboa, 10 de Set. de 2005

O Presidente da Câmara do Porto, Rui Rio

O Presidente da Câmara do Porto e candidato a segundo Mandato, ex-vice-Presidente do PSD e antigo Secretário-Geral, conhecido pelas suas palavras directas e pelo seu pensamento rectilíneo, entusiasmou os assistentes.

Depois de saudar os dirigentes nacionais e autarcas presentes, relevando «...a importância que o Partido Social-Democrata dá às eleições autárquicas», lembrou que «... merecemos ser o maior partido português nas autarquias locais e /.../ vamos continuar a sê-lo no próximo dia 9 de Outubro».

Afirmou que «nos tempos que correm e /.../no estado em que se encontra o nosso regime, estar disponível para assumir um lugar político é, infelizmente, estar

disponível para ser visto como alguém de fraco valor profissional, pouco sério e permanentemente escrutinado com o principal objectivo de manchar a sua honra.

«Sabemos que, por força deste clima de quase permanente suspeição, são cada vez menos os cidadãos competentes e honrados disponíveis para assumir cargos públicos de responsabilidade. Por isso, quero deixar aqui uma palavra para todos os portugueses que, de forma séria e competente, aceitam servir as populações com uma noção de serviço público que, lamentavelmente, se tem vindo a perder.

«Esta disponibilidade constitui um passo importante para a dignificação da política e nós temos a obrigação de a dignificar, porque só assim conseguiremos elevar a qualidade e pôr Portugal na senda do desenvolvimento.

«Não podemos, por isso, continuar a adiar reformas que são decisivas para o futuro de Portugal, algumas das quais justamente na área do poder local.

A primeira, consiste, desde logo, na alteração da lei das autarquias, de modo a garantir uma melhor governabilidade das nossas Câmaras Municipais e uma maior competência dos eleitos.

A governabilidade das Câmaras Municipais e a Lei das Finanças Locais



«Hoje, na prática, não temos um verdadeiro executivo local. Temos dois Parlamentos Municipais – um grande que é a Assembleia Municipal, e um pequeno que tem funções executivas atribuídas.

No respeito pela governabilidade e pela seriedade política, não é aceitável que um órgão com poderes executivos seja na prática um pequeno parlamento, onde, muitas vezes, não há sequer uma maioria, ou, então, onde a maioria saída das eleições se pode desvirtuar a qualquer momento.

«Também não é inteligente persistir na lógica de que “o próximo da lista” é competente para todos os pelouros. O próximo da lista é alguém que desconhecemos quando a constituímos antes das eleições, mas alguém que tem de ser competente para substituir qualquer vereador; seja ele da cultura, do urbanismo, do ambiente ou da acção social. A nossa actual lei consagra “o próximo da lista” como alguém com competência para tudo e mais alguma coisa.

«Este absurdo tem de acabar e o PSD tem de se continuar a bater por esta reforma, mesmo quando o PS diz – como disse ao longo da última legislatura – que o assunto deve ser adiado para a tradicional “melhor oportunidade”.

«Outra reforma que - se houvesse um pouco mais de sentido da responsabilidade – já tinha sido levada a cabo, é a da Lei das Finanças Locais.

Temos um litoral carregado de erros urbanísticos. Temos as nossas principais cidades entregues à lógica imobiliária, e continuamos com uma lei que concede um prémio a quem faz pior. Quanto mais se deixa construir, maior é a receita municipal.

«É por demais evidente que os orçamentos camarários não podem continuar a depender tanto dos impostos sobre a construção. Temos de diversificar mais as principais fontes de receita para, dessa forma, potenciarmos o desenvolvimento e não o crescimento anárquico. A par das taxas municipais, as autarquias deveriam receber uma pequena percentagem de todos os impostos cobrados no seu concelho, e não a totalidade dos dois que incidem exclusivamente sobre a construção.

«Do mesmo modo, deveremos pensar em incentivos para os Municípios cumpridores do rigor orçamental, e penalizações para os que persistem em degradar as finanças municipais através da acumulação de défices sucessivos. Julgo que o País já percebeu o que a seguir lhe acontece,



quando insiste em viver acima das suas possibilidades. Temos, por isso, de defender, também nas autarquias, o rigor e a disciplina orçamental.

«Podemos, inclusive, atribuir novas competências aos Municípios, se formos capazes de reformar a Lei das Autarquias, elevando a governabilidade e a competência e se tivermos uma Lei das Finanças Locais capaz de responder às actuais necessidades de desenvolvimento.

Competências atribuíveis às Câmaras e o combate ao défice

O descontentamento público com este Governo

«Uma dessas competências deveria ser, seguramente, na área do combate à toxicodependência. A acção que, nesta área, tivemos – e vamos continuar a ter - na cidade do Porto, demonstra que este combate tem de ser levado a cabo com a colaboração das autarquias locais. Não é possível combater com êxito uma matéria desta natureza, em que o factor humano e o factor proximidade são decisivos, com uma excessiva centralização dos serviços. O flagelo da Droga, que é o maior responsável pela insegurança urbana, tem de ter um combate mais eficaz e com maior produtividade. Não se pode continuar a gastar tanto dinheiro e, ao mesmo tempo, continuar a ver o problema a crescer, infelizmente bem exposto nas ruas das nossas cidades.

«Aliás, assistimos, de novo, com a posse do actual Governo, a um reforço da centralização da vida política e económica do País, em torno da sua capital. Um fenómeno, no mínimo, curioso, quando estamos perante o Governo de um Partido que

não se cansa de pregar a descentralização e mesmo a regionalização.

«A própria lei que obrigava à eleição dos Presidentes das Comissões de Coordenação por um colégio eleitoral alargado já foi revogada, e o PS não perdeu tempo e também já tratou de nomear gente socialista para esses cargos.

«Mas esta medida de tique centralizador, ainda assim, é bem menos grave do que o que se está a passar com o combate ao défice público.

«Em primeiro lugar, porque tendo em vista a enorme dimensão do problema, o êxito do combate é pouco mais do que nulo. Em segundo lugar, a opção principal foi a de aumentar os impostos em vez de ser a da redução da despesa. Em terceiro lugar, no âmbito da política de despesa pública, os constrangimentos afectam as despesas de investimento e não as despesas correntes. E em quarto lugar, os cortes no investimento afectam o País todo, menos a sua região mais rica, onde o Governo insiste na construção de um novo e faraónico Aeroporto da OTA.

«Só no Porto, e com a ajuda do PS local, já anularam a construção do Centro Materno Infantil que durante tantos anos reclamaram, e ameaçaram o Metro quanto ao seu futuro, tendo-lhe, inclusive, já cortado verbas do PIDDAC programadas para o corrente ano.

«Se a estes e outros exemplos somarmos a desajeitada e arrogante novela do Túnel de Ceuta, ninguém se admira que, escolhendo o Porto para a sua rentrée política, o Senhor Eng. José Sócrates, mais não conseguiu do que um enfezado “comichinho” de apoio à sua política de aumento de impostos e de cortes geograficamente selectivos no

investimento público.

«Estou, no entanto, convencido que se a raquítica “festinha” tivesse tido lugar noutra parte do País, a resposta não teria sido muito diferente. Para a resposta ser outra, terão, entre outros aspectos, de inverter a actual política de cortes no investimento público, francamente lesiva do equilíbrio do País. Cortes que têm como pano de fundo o inexplicável intuito de conseguir folgo financeiro para pagar as OTAs que alguns – sabe-se lá porquê – tanto empenho têm em construir.

«Aliás, os grandes investimentos públicos, sejam eles municipais ou nacionais, não podem continuar a ser prioritariamente no betão. Nas décadas de oitenta e noventa, logo a seguir à entrada de Portugal para a União Europeia, fez todo o sentido construir as infraestruturas viárias que não tínhamos. Hoje, essas infraestruturas já existem. Por isso, elas não podem continuar a ser o alvo central da política de investimentos públicos. Temos de redireccionar os nossos investimentos para as áreas que nos poderão trazer mais competitividade e, assim, mais qualidade de vida. Sectores como a educação, a ciência, a defesa do património ou o ambiente, são áreas que devemos privilegiar na nossa política de investimentos.

Autarcas do PSD devem assumir a liderança protagonizando uma gestão mais moderna

«Os autarcas do PSD devem, mais uma vez, assumir a liderança, protagonizando uma gestão mais moderna, mais de acordo com as necessidades futuras da nossa sociedade e menos preocupada com obras de fachada ou com projectos megalómanos que apenas servem para desperdiçar dinheiros públicos e para desacreditar a acção política aos olhos de quem não se deixa enganar.

«O próximo dia 9 de Outubro é um dia importante para Portugal. Porque vamos escolher os portugueses que vão gerir os destinos das nossas terras e porque vamos ter a oportunidade de explicar ao Governo que, para bem de Portugal e da sua desejada estabilidade política, ainda está muito a tempo de alterar o rumo que tem vindo a seguir.

«Explicar que tem de ser menos arrogante e menos partidário nas suas acções e nas suas nomeações. Que tem

de apostar mais na redução das despesas correntes do Estado e menos no aumento de impostos. Que tem de lutar pelo equilíbrio nacional, através de uma política de investimentos mais descentralizada e mais justa. Que tem de ir de encontro às reais necessidades das populações, e abandonar a lógica das obras faraónicas que devoram os nossos impostos e desequilibram ainda mais o País. Que tem de olhar para todos os Municípios de Portugal com respeito e com sentido de justiça, e sem embargar à acção dos que, por decisão democrático do povo, possam não ser da sua cor política.

«Portugal e a sua história merecem ter autarcas sérios, competentes e que gostem verdadeiramente da sua terra. Portugal merece voltar ao caminho do progresso e do desenvolvimento.

«É este o compromisso que todos nós devemos selar com as nossas populações e com as nossas consciências. Muito obrigado.

As palavras do candidato a Lisboa, Carmona Rodrigues

Já na fase final da reunião, falou o Candidato à Câmara de Lisboa e seu actual Presidente, o Professor Engenheiro Carmona Rodrigues, que concorre como independente à cabeça da lista do PSD, dirigiu-se à Convenção, para falar do desafio autárquico e da maior Câmara de Portugal. Após dar conta da sua «...enorme satisfação e orgulho por ser o candidato do PSD (este grande partido), à autarquia de Lisboa.»

Continuou, lembrando que «... não tenho, como sabem, qualquer filiação partidária. E o facto redobra em mim o sentimento da responsabilidade e aguça o desejo de corresponder às expectativas que em mim depositaram. Agradeço e asseguro-vos: estou pronto para este desafio. Arregacei as mangas e dou a cara como vi os grandes líderes deste partido fazerem. Tenho presente os exemplos de Sá Carneiro, de Pinto Balsemão ou de Cavaco Silva. Homens que fizeram, com todos vós, o partido com o qual, desde sempre, me identifiquei, um partido reformador, inter-classista e profundamente democrático, um partido empenhado, humilde, inconformado e lutador. Este é o mais português de todos os partidos!

«Um partido fazedor. Um partido que resolve problemas. Um partido que pensa nas pessoas. E é aqui que



reside o meu orgulho. É esta a razão que me conduz, nos últimos meses em particular, ao empenho e à vontade de vos devolver intacta, se possível com maior valor, a confiança que decidiram depositar em mim.

«Personifico em si, Dr. Marques Mendes, todo o agradecimento a este partido e venho também dizer-vos que não estou só. Eu sou apenas a cara de uma equipa, de uma grande equipa, que em Lisboa, conta com cerca de mil candidatos. Pessoas, em grande parte militantes deste partido, que estão igualmente empenhados e motivados, em atingir um grande objectivo: fazer de Lisboa uma cidade para todos.

«A motivação e o empenho encontram justificação num facto muito simples: acreditamos ter a melhor equipa, o melhor programa e a maior capacidade de concretização. Estamos bem preparados, conhecemos os problemas da cidade e sabemos resolvê-los. Temos uma visão moderna da gestão autárquica. Move-nos a ambição, sem promessas vãs ou bandeiras mediáticas, de tornar Lisboa, não a maior, mas a melhor cidade deste país.

«Hoje, aqui reunido com todos vós, sei que partilham comigo esta ambição. Queremos o mesmo. Melhorar a vida das pessoas, dos nossos municípios, dos nossos eleitores: somos nós, os autarcas, os que pela proximidade típica das nossas funções, estamos em melhores condições de o fazer.

«Serei naturalmente julgado pelo trabalho que desenvolvi na Câmara e do qual me orgulho»

«Serei naturalmente julgado pelo trabalho que desenvolvi na Câmara e do qual me orgulho. Aceito e não temo esse julgamento. Não aceito, contudo, que me julguem pelo que não me deixaram fazer. E tal como os meus adversários esta é a primeira vez que me candidato à Presidência da CML. Por mim, devo dizer-vos, quero mostrar aos lisboetas as razões que me motivam e as soluções que quero concretizar. E para isto, para conseguir chegar a

todos os lisboetas, conto convosco.

[...] «Precisamos de escutar sempre as pessoas, de perceber os problemas, de prestar atenção e... trabalhar. Precisamos de passar a palavra, precisamos de divulgar as nossas soluções. Conto convosco para este desafio e peço-vos uma coisa muito simples: digam aos vossos vizinhos, aos vossos amigos e aos vizinhos dos vossos amigos quais são as nossas ideias.

«Lisboa precisa que se lhe devolva a vida e esta consegue-se se soubermos ajudar os idosos, os estudantes universitários, os portadores de deficiência, as colectividades e o pequeno comércio.

«Digam aos que conhecem, sobretudo aos que se encontram desiludidos com políticas sucessivas de recomeço, de redesenho, de estudos intermináveis e teorias ora medievais ora extraterrestres, que queremos passar de imediato à acção. Os estudos estão feitos e os problemas diagnosticados: não é preciso perder mais tempo. Lisboa precisa de concretizadores, de rematadores, de fazedores. Esses somos nós!

«E quando vos pedirem que elejam uma prioridade para este mandato, perguntem: 'O que é prioritário? O estacionamento ou a reabilitação urbana, a qualidade do espaço público ou acabar com as manchas negras e degradadas da cidade, o trânsito ou o bem-estar dos velhos que moram sozinhos? Os grandes projectos culturais ou a reabilitação social dos marginalizados, a competitividade da cidade ou a segurança?'. Meus amigos, a prioridade são as pessoas. Os idosos, as crianças, as famílias. Os jovens casais. Os estudantes, os comerciantes, as colectividades, as casas regionais, as minorias étnicas, as associações de moradores e essa enorme força criadora e activa que é a classe média.

«Chegou o tempo do pormenor. Chegou o tempo da verdade e de uma nova forma de estar na política. Sem promessas e com transparência. Sem mediatismos e com sobriedade. Mas com emoção, apontando o sonho e concretizando-o dia a dia.

«Perguntem às mulheres o que mais ambicionam? Eu digo-vos: conciliar a carreira, a profissão ou o trabalho com a família e com os filhos. As famílias querem estruturas de apoio de proximidade, no bairro. Mas querem-no com



a todos e a cada um de vós o direito à segurança, ao bem-estar, à beleza e à monumentalidade. Um direito que devemos construir em conjunto pelo que apelo a que conosco, se envolvam, participando e elegendo aqueles que melhor estão preparados. Tenho a firme convicção de que somos nós.

«Vamos a Isto, Lisboa! Vamos a Isto, PSD!»

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, encerra a Convenção

Marques Mendes começou por saudar os Autarcas – o papel dos nossos autarcas – nas Câmaras e nas freguesias – e a sua grande importância: «Se os militantes são o pulmão do Partido, os autarcas são os grandes embaixadores do nosso projecto», disse.

«Num tempo em que é fácil generalizar e está muito na moda dizer mal dos autarcas, eu quero dizer-vos o seguinte: tenho um grande orgulho nos nossos autarcas, tenho uma profunda admiração pelo seu trabalho, e tenho uma enorme confiança na excelência dos candidatos que apresentamos.

«O PSD tem obra no Poder Local. O PSD é, mais do que qualquer outro, o Partido que mais se identifica com os anseios das populações. O PSD começou por ser o maior no Poder Local antes de ser o maior no Poder. Tenho a certeza que, com a mudança de vida que fizemos e com a excelência dos nossos candidatos, vamos fazer um saudável regresso às origens. Vamos continuar a ser o primeiro no Poder Local para voltarmos a ser o primeiro no poder nacional.»

E mais adiante, afirmou: «Hoje há um grande desafio que se coloca a todos os responsáveis políticos – o desafio da credibilidade. A vida política está muito descredibilizada. As pessoas sentem-no e dizem-no. Isto não é bom para a democracia, isto não é bom para a confiança das pessoas nas instituições.

«Compete-nos ajudar a inverter esta situação. A credibilidade reclama (O PSD não dá ordens aos seus autarcas. Mas recomenda-lhes): Humildade, Sriedade, Coerência e Sentido de Responsabilidade.

«Pode-se ser popular sem ser populista. Fazer obra sendo-se

qualidade e exigência nas actividades e no apoio ao desenvolvimento dos seus filhos. O resto, meus amigos, as mulheres conseguem.

«Perguntem aos moradores dos bairros sociais de que precisam? A resposta vai ser: trabalho, inserção, dignidade e melhores casas; perguntem aos nossos idosos? Querem sentirem-se úteis e menos sós. Querem o conforto associado ao apoio domiciliário, aos transportes e à segurança. Perguntem aos estudantes universitários o que querem? Espaços de estudo e residências universitárias. Perguntem aos comerciantes o que é importante? Vida nos bairros. Perguntem aos taxistas o que valorizam? Segurança, balneários nas praças, fluidez no trânsito. Perguntem às colectividades de Lisboa de que necessitam? De interlocutores, de apoio na promoção das suas actividades, de instalações condignas.

«E claro, o bem-estar de todos, exige segurança. Passa pela reabilitação urbana, pela qualidade do espaço público, pelo rigor e qualidade nos transportes, pela qualificação dos jardins, pela

excelência da oferta cultural, pela ambição do equilíbrio de uma cidade de bairros com a vida e a animação de uma cidade europeia, atraente e exportadora de conhecimento e inovação.

«Vou ser concreto: tenho dito aos lisboetas o que penso e dei-me a conhecer durante este tempo, de forma discreta, sem comitivas, bandeiras ou imprensa. O que eles viram é o que eu sou.

«Agora chegou o tempo de apresentar as medidas concretas»

«Agora chegou o tempo de apresentar as medidas concretas. Vou fazê-lo nos próximos dias. E vou fazê-lo explicando claramente o que pretendo conseguir, como e quando. Só vou apresentar as medidas que, de facto, conseguir concretizar. Das outras só falo quando tiver a certeza de ter condições para as realizar. Esta é a única forma de estar na política. Prometer o realizável. Não vou prometer reduzir os carros que entram na cidade para metade. Quem o defende é demagógico. Não

vou prometer criar mais estruturas intermédias de poder que, além de esconder por cobardia e receio eleitoral a verdadeira reforma da estrutura administrativa da cidade, concorre nesta fase apenas para a criação de mais um patamar de decisão e afasta os munícipes.

Não vou prometer construir um jardim em cada bairro. Existem centenas de jardins em Lisboa. Vou recuperá-los e reabilitá-los, de forma faseada, e à medida das possibilidades do orçamento municipal. Não sou demagógico. Não cairei na tentação de promessas tão fáceis e vãs quanto irrealizáveis.

«Este é o testemunho que vos queria deixar. Conto com o vosso indispensável apoio e o entusiasmo próprio do partido que é, sem militância, também meu.

«Este é um projecto de vitória. Eles insistem em demagogias e promessas decalcadas à pressa de manuais teóricos que intelectualizam os problemas. Nós arregaçamos as mangas, damos a cara e, simplesmente, resolvemos.

«Mulheres e Homens de Lisboa: comprometo-me, com toda esta equipa, a resolver os problemas do dia-a-dia e a garantir



exigente e rigoroso. Ser-se reivindicativo sem ser demagógico.

«O poder, em democracia, não é para ser ocupado, exibido ou traficado, é para ser exercido a sério. Em prol de um projecto e em benefício das populações. É esta a marca do PSD. É este o timbre dos nossos autarcas. Por isso é que o

PSD tem, nos seus Presidentes de Câmara e Presidentes de Junta, dos melhores autarcas de Portugal inteiro.

«O Poder Local é uma das mais belas conquistas do 25 de Abril. 31 anos depois a credibilidade exige, também, uma nova atitude de futuro.

As Autarquias do Futuro

«As autarquias do futuro, devem ser mais ágeis, flexíveis e dinâmicas; ter uma relação com a sociedade mais estreita e intensa - o problema dos incêndios, da sua prevenção e do combate, está aí, à vista de todos, para exemplificar o que digo!

«Devem exigir maior descentralização e praticar maior descentralização; e sobretudo, ter em atenção, já não apenas ao crescimento e às infra-estruturas físicas, mas também a dimensão quantitativa do nosso desenvolvimento;

«É preciso criar riqueza. As autarquias do futuro têm um papel importante a desempenhar;

«É preciso apostar na qualidade de vida. O ambiente e o ordenamento são indispensáveis a um desenvolvimento de qualidade;

«É preciso uma atenção redobrada à exclusão social, à pobreza, à solidariedade social.

«Somos Sociais-Democratas. Valorizamos muito a Justiça Social. Queremos um País mais rico, mas sobretudo uma sociedade mais justa e mais culta. Num momento em que o Governo é Arrogante, Deslumbrado e sobretudo Insensível, o PSD, a começar no Poder Local, deve fazer o contraste: quando o Governo está ausente, como nos incêndios, os autarcas estão presentes; quando o

Governo desaparece os autarcas dão a cara; onde o Governo é insensível, os autarcas do PSD são o exemplo da generosidade, da justiça e da sensibilidade social.

A Economia em Portugal – Importância e condicionantes

«Há uma semana falei aos jovens e ao País dos dois temas que mais preocupam os Portugueses – a crise e o desemprego. O Primeiro-ministro tem medo destes temas. Tem a consciência pesada. Foge deles como Diabo da Cruz.

«Por isso, faz tudo para esconder a crise. Mas não há volta a dar. Estes são os temas que preocupam os Portugueses. Estes são os temas que merecem a nossa atenção privilegiada. A crise infelizmente está no dia a dia dos Portugueses. Escondê-la é irresponsabilidade. Discuti-la é preparar o futuro:

«Esta semana surgiram dois dados novos – importantes e incontornáveis – os novos dados da evolução económica e a recusa do Primeiro-ministro em debater esta situação.

«As estatísticas desta semana provaram que o investimento está a baixar; já tinha baixado no 1º trimestre deste ano, voltou a baixar 4,5% no 2º trimestre em comparação com o



trimestre homólogo de 2004; as estatísticas desta semana provaram que estamos a exportar menos. As exportações para o estrangeiro baixaram no 2º trimestre 0,1%. É a 1ª vez, desde 1995, que as exportações baixam em 2 trimestres consecutivos; as estatísticas desta semana provaram que os indicadores de confiança voltaram a baixar. E baixaram brutalmente. Baixou a confiança dos investidores, dos empresários, dos Portugueses.

Ora, sem investimento não se criam empresas, nem se geram postos de trabalho. Sem exportar mais, não criamos riqueza, não ganhamos quotas de mercado, não somos competitivos. Sem confiança o País não vai a lado nenhum.

«O Governo bem pode tentar fazer a festa. O Primeiro-Ministro adora o espectáculo virado para o telejornal. Bem pode falar de recuperação. A verdade é outra: estamos, infelizmente, em crise; Portugal está infelizmente em estagnação, não está em recuperação; os Portugueses sentem todos os dias a crise, no emprego, no seu poder de compra, no orçamento das famílias.

«Ao quererem fazer festa, mascarando os números, o Primeiro-ministro não está a ser, apenas, arrogante e insensível. O Primeiro-Ministro está, sobretudo, a afrontar os Portugueses que sofrem, os Portugueses que perdem o emprego ou não conseguem um posto de trabalho, as famílias que sentem nos seus orçamentos as dificuldades, os sacrifícios do presente e as angustias em relação ao futuro.

«Nunca vi um Primeiro-Ministro tão deslumbrado com o poder e tão insensível ao desemprego que aumenta»

«Mas o mais chocante no Governo e no Primeiro-ministro é a sua insensibilidade em relação ao desemprego. Nunca vi um Primeiro-Ministro – ainda por cima socialista – tão deslumbrado com o poder que tem e tão insensível ao desemprego que aumenta.

«O desemprego, infelizmente aumenta. Há 8 dias eu disse – e agora – repito: entre o 2º trimestre de 2005 e o trimestre homólogo de 2004, foram 52 mil novos Portugueses que foram para o desemprego. De 347 mil passámos para 399 mil desempregados. Os dados da situação



económica provam que o desemprego vai aumentar muito mais. Ainda esta semana me confirmaram também os vários parceiros sociais.

«Ora, ante este quadro, que faz o Governo e o Primeiro-Ministro?

«Tentam desmentir o indesmentível; tentam desvalorizar o que não pode ser desvalorizado; falam de números e de estatísticas, quando por trás de cada número e de cada estatística estão pessoas que sofrem, que caem no desemprego, que não conseguem um posto de trabalho.

«E por isso nós propomos: um Programa Especial para Jovens Licenciados no Desemprego. Reacção do Governo: nem uma Palavra, nem uma Medida, nem uma Decisão.

«Só ausência, omissão, desprezo pela situação socialmente grave que se vive em Portugal.

«A verdade, nua e crua, é esta: as fábricas fecham, o desemprego aumenta, os impostos sobem, o investimento baixa, as exportações diminuem, a confiança desce, os preços dos artigos escolares disparam, os incêndios devastam o País e, no meio de tudo isto, o Governo desaparece ou então diz que vai liberalizar a entrada de imigrantes,

com o aplauso imediato do Bloco de Esquerda.

O retrato arrogante do Governo

«É este o retrato arrogante do Governo perante a crise. Uma arrogância que não lhe permite ver o que se passa e ouvir o que se diz na rua.

«Tudo isto porque este Primeiro-Ministro tem um estilo: o estilo do quero, posso e mando – a verdade, porém, é que o Primeiro-Ministro não sabe o que quer, cada vez pode menos e quando manda, normalmente manda mal.

«O Governo está mesmo a tentar esconder a crise: está a escondê-la para não ser confrontado com as expectativas irresponsáveis que criou na campanha eleitoral; está a escondê-la porque não quer falar das promessas não cumpridas; está a escondê-la para tentar disfarçar a sua incapacidade para a resolver; está a escondê-la porque não tem soluções, nem caminhos, nem políticas para a recuperação do País. O Plano tecnológico acabou antes de começar. A OTA e o TGV foram decisões criticadas, por todos, da esquerda à direita.

«Quer esconder a crise porque

tem dois pesos e duas medidas – anuncia com grande festa milhões de investimentos altamente discutíveis para a OTA e o TGV e logo a seguir à socapa, corta 30% nos investimentos já aprovados no PIDDAC. Não se preocupa em desbaratar milhões num novo Aeroporto que não é urgente, mas não tem pejo de cortar no Metro do Porto que é indispensável.

«E está a tentar esconder a crise, por uma razão ainda mais importante para os socialistas: porque o Governo quer esconder até ao dia das eleições de 9 de Outubro o Orçamento de Estado duríssimo que tem em preparação.

«O Governo tem em preparação um Orçamento duro. Duro para as pessoas e duro para as famílias. Um Orçamento de mais sacrifícios para as pessoas em vez de maior rigor para o Estado.

«Por isso o Governo tenta esconder a crise, desvaloriza-la e suaviza-la. Por isso, o Governo tem o Orçamento fechado a sete chaves. Por isso, o Governo não se preocupa em adiar o País, apenas e só para servir objectivos eleitorais.

«Um Governo assim não é apenas arrogante e insensível. Mais do que isso. É um Governo que pela segunda vez em seis meses se prepara para enganar e defraudar as expectativas dos portugueses. Este é mais um



exercício de desonestidade política do Governo.

O Primeiro-Ministro tem medo de enfrentar os problemas

«Por tudo isto, o Primeiro-Ministro mandou dizer que recusava

o debate que lhe propus há 8 dias para, no Parlamento e perante o País, discutir o desemprego e a crise económica e social.

«Esta recusa é grave. É grave porque demonstra arrogância do Primeiro-Ministro. Este Primeiro-Ministro confunde maioria absoluta com poder absoluto.

Mas esta recusa é sobretudo grave,

porque o Primeiro-Ministro tem medo de enfrentar os problemas. Porque o Primeiro-Ministro foge a falar aos portugueses da crise. Porque o Primeiro-Ministro não é capaz de ter soluções. Porque o Primeiro-Ministro está insensível ao desemprego, à perda de poder de compra, à crise económica e social.

«Mas nós temos que dizer ao Primeiro-Ministro: seja mais humilde, tenha mais respeito pelos portugueses. Em democracia é o Governo que está ao serviço do país, não é o País que está ao serviço do Governo e do Primeiro-Ministro.

Temos de obrigar o Governo a Mudar de Vida e a Mudar de Política: «O caminho não é aumentar os impostos, como o próximo Orçamento de Estado, indirectamente, pode vir, pela segunda vez, a fazer. É reduzir o excesso de despesa do Estado.

«O caminho não é maltratar os Funcionários Públicos. É reduzir o Estado; o caminho não é o de investir em projectos faraónicos: caminho é de apostar tudo nas empresas e nas exportações; o caminho não é o de impor sacrifícios sempre aos mesmos – trabalhadores e reformados: o caminho é obrigar o Estado a gastar menos, ser mais eficaz, ser mais produtivo. O caminho não é o da arrogância, do fingimento, do optimismo irresponsável, dos orgulhosamente sós. O caminho é a verdade, a humildade, o confronto com a realidade, o reformar o Estado e deixar respirar a sociedade.

Temos de obrigar o Governo a mudar de vida

«Temos de obrigar o Governo a mudar de vida e a mudar de política. Até porque somos oposição ao Governo, não somos oposição a Portugal.

«É por Portugal que temos de vencer as autárquicas: é por Portugal que aqui estamos a debater; é por Portugal que falamos verdade.

«É por Portugal que somos exigentes e rigorosos.

«É por Portugal que apostamos nos nossos autarcas, nos nossos candidatos.

«É por Portugal que vamos vencer.

O PSD faz muita falta a Portugal Viva o Poder Autárquico. Viva o PSD! Viva Portugal!

E assim, entusiasticamente aplaudido pela assistência, que se ergueu entoando o nosso tradicional «PSD! PSD!», com todos a repetirem o «V» da vitória, e finalmente com o Hino Nacional, cantado por todos, terminou esta convenção, que constituiu um verdadeiro sucesso e uma afirmação de confiança e esperança nos resultados, essenciais e decisivos, sãs próximas eleições autárquicas, que serão, politicamente, um ponto de partida da nossa recuperação para, para além de sermos «o melhor Partido de Portugal» (que já somos!), voltarmos a ser o «o maior Partido de Portugal».

Como disse Marques Mendes, «O PSD faz muita falta a Portugal!» - PL, fotos Luís Saraiva



Porto

Recusar qualquer acordo com o BE é “quase uma questão de higiene política”, afirmou Rui Rio numa acção de pré-campanha

Rui Rio afasta qualquer acordo pós-eleitoral com o Bloco de Esquerda caso a coligação de direita que encabeça vença as autárquicas sem maioria. “É quase uma questão de higiene política”, afirmou o candidato do PPD/PSD-CDS/PP, durante uma acção de campanha, no Parque da Cidade do Porto.

Esta reacção de Rui Rio surgiu na sequência de críticas a roçar o insultuoso, feitas pelo candidato bloquista, que mantém a postura ofensiva e arrogante que tem sido timbre dos elementos do BE na Assembleia Municipal e nas suas acções de campanha.

Rui Rio além da afirmação de que nunca haveria acordo com o BE, apesar de muito instado pelos jornalistas presentes na acção, não se alongou em mais comentários. “Não posso começar a responder a todos os disparates, senão, daqui até ao dia 9 de Outubro, eles vão em crescendo e não se faz mais nada”, ironizou.

A objecção do candidato social-democrata a qualquer acordo com o BE, caso este eleja algum vereador, explica-se ainda, segundo Rui Rio, pelo facto de “o BE estar ‘feito’ com o PS”. Uma situação que, diz, já não se coloca com o PCP, sendo que um acordo pós-eleitoral com o Rui Sá “é algo a pensar”.

Outra das questões durante a acção de rua, que o actual Presidente da Câmara e candidato a segundo mandato, realizou, prendeu-se com as infra-estruturas do Parque da Cidade. Por resolver continua a questão dos terrenos privados e Rui Rio lembra que terá de ser o tribunal a decretar o preço, entre terrenos verdes ou de construção, esperando que prevaleça o bom senso, embora faça questão de lembrar que os erros em todo o processo não foram cometidos pelo seu executivo.

E uma das poucas promessas vinculativas que Rui Rio não hesitou em fazer, foi a de que, consigo à frente da autarquia, não haverá quaisquer construções imobiliárias no Parque da Cidade. Até porque, justifica, “o PDM define esta como uma área verde”.

Quanto a outras promessas, preferiu antes rejeitar a ideia de Francisco Assis, que avançou com a proposta de construção de um espaço verde na Prelada, onde actualmente se encontra um parque de campismo da Santa Casa da Misericórdia do Porto. “Se [as pessoas] quiserem, posso começar a prometer tudo e mais alguma coisa. Aliás, quando cheguei à câmara, encontrei muitos dossiers desses – de promessas e mais promessas - do PS”, disse Rui Rio à Informação



Boticas

Miguel Macedo na apresentação dos candidatos à Câmara e Juntas de Freguesia

No dia 3, Sábado, o Pavilhão Multiusos de Boticas encheu completamente e vestiu-se de laranja, para acolher os candidatos do partido Social-Democrata às dezasseis Assembleias de Freguesia, do Concelho de Boticas, bem como à Assembleia Municipal e respectiva Câmara Municipal, deste belo Concelho transmontano.

Nesta apresentação, que como já referimos foi bastante concorrida, esteve, entre outras figuras nacionais do partido, o Secretário-Geral, Miguel Macedo, que começou por agradecer a Fernando Campos, que se recandidata à Câmara Municipal, da qual é máximo responsável há doze anos, tudo o que ele tem feito em prol do desenvolvimento do Concelho de Boticas e do contributo deste carismático autarca, para a significativa melhoria das condições de vida da população deste Município.

O autarca/candidato agradeceu a todos os candidatos que junto com ele concorrem a mais um acto eleitoral autárquico, bem como às associações

culturais que foram responsáveis pela animação daquela apresentação.

Manifestou-se orgulhoso da obra realizada, mas referiu que “nunca estamos satisfeitos” e que “à excepção do Canil Intermunicipal que está a ser construído em Boticas, tudo o que aqui fazemos é para bem das nossas pessoas”.

Fernando Campos, referiu-se ainda à grande satisfação que sente, por notar que, cada vez mais, os jovens botiquenses se orgulham da sua terra, das suas origens e da sua História.

Neste contexto afirmou intenções de continuar a trabalhar, junto com a sua equipa, pela melhoria das condições de vida da população, mesmo quando “o governo faz ouvidos de mercador em relação a situações como o pedido de calamidade pública, no âmbito do grande incêndio que recentemente assolou o Concelho de Boticas”.

No final das intervenções houve Chegas de Bois e foi servido um lanche regional para as cerca das duas mil pessoas presentes – **Gab. Cand. Boticas**



Marques Mendes na apresentação dos Candidatos Autárquicos

No passado dia 8 realizou-se na Quinta das Vinhas, em Arões, perante uma imensa multidão de pessoas, a Festa/Comício de apresentação dos candidatos Autárquicos de Fafe às diversas Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, com a presença do Presidente do Partido, Luís Marques Mendes.

Na ocasião, Pedro Gonçalves, o candidato à Presidência da Câmara, anunciou as grandes linhas e objectivos da sua candidatura, tendo começado por agradecer a quantos, muitas vezes com prejuízo da sua vida pessoal ou profissional, se quiseram juntar

Enumerou, depois, muito graves deficiências e carências do Concelho, que nunca foram resolvidas em gestões socialistas e manifestou o seu compromisso de «...dizer não aos negócios nos licenciamentos, disponibilizando informação na internet e possibilitando a consulta e acompanhamento dos processos de licenciamento requeridos; reorganizar os serviços da autarquia, desburocratizando serviços e facilitando o acesso electrónico aos diferentes departamentos e serviços autárquicos».

Afirmou também algumas das



aproveitamento aos espaços e edifícios de valor histórico-cultural, como o Cine-Teatro, a Ex-Estação de Caminho de Ferro ou o Clube Fafense; implantar o Saneamento Básico em todo o Concelho, de forma progressiva; aumentar e melhorar a rede de distribuição de água canalizada; combater o abandono escolar, colaborando com as estruturas educativas e sociais para aumentar o gosto pela escola.

Terminou afirmando: «Somos então a única alternativa e com o vosso apoio e entusiasmo aqui estaremos a lutar pelo desenvolvimento da nossa terra. Viva o PSD! Viva Fafe!»

O Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, exortou o candidato a manter-se firme na defesa das suas convicções sociais-democratas, que, estava certo, transportaria para a sua acção como futuro Presidente da Câmara.

Lembrou que o primeiro dever do presidente de uma autarquia, é servir a sua terra e as pessoas que nela residem e que «...não devem ser feitas promessas vãs, que não podem ser cumpridas depois...».

Garantiu o apoio e solidariedade do PSD Nacional no combate – difícil mas nobre – que se avizinha e, passando à situação nacional, fez notar o incumprimento de promessas do actual Governo, a sua incapacidade de actuar de forma a resolver os problemas que Portugal enfrenta e os desafios da crise que todos sentimos, no nosso dia-a-dia.

Terminou com palavras de esperança e entusiasmo, tendo sido calorosamente ovacionado, por largos minutos, pela grande assistência – uma verdadeira multidão – de militantes e simpatizantes do PSD e da candidatura. – PSD/Fafe

a este projecto.

Dirigiu uma palavra especial às mulheres (cuja presença nas listas é de 50 por cento, um facto impar na política) e aos jovens, que terão um «papel activo na gestão do nosso município e um grande orgulho em dizer: Nós somos de Fafe! Nós trabalhamos em Fafe! Nós vivemos em Fafe!»

Lembrou que «...nestas eleições vão estar em causa não somente este último mandato, mas todos os 26 anos de poder socialista. Não contem que nos esqueçamos que os nossos adversários à esquerda trabalharam todos juntos e são todos co-responsáveis pela situação actual. Apesar de algumas coisas positivas terem sido feitas, em pleno Século XXI, o diagnóstico actual deveria encher de vergonha os seus responsáveis».

suas medidas emblemáticas, que incluem, entre outras, a transferência da Feira Municipal para terrenos laterais do Parque da Cidade, requalificando o espaço; a implantação de zonas comerciais e de lazer na zona da actual Feira Municipal; a abertura de uma via de ligação (Retiro Stº Ovídio) para serventia de transporte e descongestionamento de tráfego rodoviário, criando ligações de acesso entre a Feira e o Parque da cidade; diminuir a derrama para as empresas, dando assim um sinal positivo e de confiança às empresas e aos empresários; investir em medidas de apoio a projectos direccionados para a modernização tecnológica, apoiando iniciativas empresariais, sobretudo de jovens empresários ou de agrupamentos empresariais; dar utilidade e



Estremoz

Miguel Raimundo, com o Presidente do PSD, na apresentação da candidatura à autarquia

Na linda cidade alentejana de Estremoz, foi apresentada, no dia 4, com a presença do Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, foi apresentada a candidatura do Partido Social-Democrata à Câmara Municipal, encabeçada por Miguel Raimundo.

O acto decorreu no Hotel Páteo dos Solares, um local aprazível e registou grande afluência de militantes e simpatizantes, respondendo – mais uma vez - positivamente à consideração e confiança que o PSD tem sabido inspirar nesta terra.

Acompanharam a apresentação, o Presidente da Comissão Política Distrital de Évora, António Dieb, do cabeça de lista à Assembleia Municipal, João de Brito Tavares, do mandatário da candidatura, Luís Rosado, do mandatário financeiro, Alberto Silva, do director de campanha, Manuel Broa, e entre a assistência é de salientar ainda a presença do ex - governador civil do distrito de Évora, Luís Capoulas.

Sob o lema «para MUDAR, conto COM TODOS», Miguel Raimundo dirigiu-se aos presentes através de um discurso coerente, sério e pragmático iniciando-o com o agradecimento a todos os presentes e expondo, em linhas gerais, o que será o programa eleitoral desta candidatura, salientando as acessibilidades, a defesa intransigente da construção da barragem de Veiros, a política social, o incentivo e apoio à indústria local, à agricultura, melhor exploração dos produtos locais especialmente os enchidos e o vinho, o combate à desertificação

que no concelho se vai acentuando, melhor estruturação de fundos e sua distribuição, apoios à juventude e desporto, relacionamento directo com os cidadãos e instituições, dinamização e valorização do turismo, realização de obras estruturantes, preocupações ambientais, aproximação às freguesias, entre outros.

Terminou o seu discurso com um voto de confiança na mudança de uma política local que há muito se encontra desgastada, desvalorizada e impraticável, com grande aplauso dos apoiantes que, arreadamente, se dedicaram a esta candidatura, como vivas ao P.S.D., ao Concelho de Estremoz e a Portugal.

Breve improviso de Marques Mendes encerra da melhor forma a cerimónia

Num breve improviso, e após ter enaltecido o perfil social e profissional do candidato, o Presidente do Partido encorajou o candidato na luta que se aproxima e valorizou a sua dedicação e espírito de isenção e de serviço à sua terra.

Luis Marques Mendes deixou, ainda, uma mensagem de esperança ao referir-se que tinha conhecimento, através de sondagens, que em Estremoz existia um empate técnico entre o PSD e a CDU, dando por finda a reunião, por todos considerada como um sucesso do PSD e da candidatura. – **Texto e fotos, Direcção de Campanha**



Autárquicas 2005

Bombarral

Cabeças de Lista às autárquicas

Como noticiamos em número anterior, foram apresentadas as candidaturas autárquicas no Concelho de Bombarral. As respectivas listas foram apresentadas nas instâncias jurídicas competentes e delas constam:

Cabeças de Lista: Assembleia Municipal do Bombarral, Lúcia Maria Silva Poseiro, de 53 anos, aposentada e actualmente membro da Assembleia Municipal do Bombarral, militante do PSD.

Câmara Municipal do Bombarral, Luís Camilo Duarte, de 49 anos, Professor, actualmente vereador da Câmara Municipal do Bombarral, militante PSD.

Freguesia do Bombarral: José Manuel Vieira, de 45 anos, bancário, actualmente Presidente de Junta de F. do Bombarral, militante PSD

Freguesia do Carvalhal: João Manuel Gomes Mendonça, de 41 anos, agricultor, actualmente: Secretario da Junta de F. do Carvalhal, militante do PSD.

Freguesia da Roliça: Maria Norberta Ponte Ferreira Santos, de 52 anos, empresária, actualmente: Presidente da Junta F. da Roliça, militante do PSD.

Freguesia de Vale Covo: Joaquim Marcos Henriques, de 46 anos, director comercial, actualmente: Presidente da Junta F. de Vale Covo, Independente. Freguesia do Pó: José Francisco Silva Monteiro, de 54 anos. Aposentado, Independente. – PSD/Bombarral



Apresentação dos Candidatos no Crato



Notícias dos Açores

Negligência do Governo Regional: lançamento de esgotos para o mar, em Porto Velho de Santa Cruz

Numa missiva dirigida à Secretária Regional do Ambiente e do Mar, com conhecimento ao Grupo Parlamentar do PSD, devidamente assinada pela cidadã Maria do Rosário Ramos, residente no concelho de Santa Cruz das Flores, são expostos vários factos preocupantes, quer do ponto de vista ambiental, quer de saúde pública.

Da exposição consta que obras recentes, no porto velho de Santa Cruz, permitiram que fossem esgotadas, para o mar, águas sujas, com cor escura e cheiros nauseabundos, escorrendo igualmente penas e fezes. Na exposição é ainda denunciada a pressa com que foram realizadas outras obras para disfarçar e camuflar este facto, que no entanto permanece, poluindo aquelas águas, onde muitos tomam banho, sem se aperceberem dos riscos para a sua saúde.

Muitas casas têm os seus esgotos domésticos ligados aos esgotos de águas pluviais, misturando águas limpas com águas sujas.

Como alega a signatária, este problema apesar de já ter sido colocado à autarquia, foi, no entanto, esquecido, sem preocupação com a saúde das pessoas, nem com o ambiente.

Os Deputados do PSD, que receberam, em audiência, a signatária da exposição, comprometeram-se a interessar-se pelo caso, requerendo ao Governo Regional, pela via parlamentar, informação e a primeira das medidas tomadas foi a de questionar o Governo Regional sobre que estudo de impacto ambiental foi realizado para autorização e arranque

das obras levadas a efeito no Porto Velho de Santa Cruz, que incluem o lançamento de esgotos para o mar.

Se houve estudo, querem receber cópia do estudo ambiental e suas conclusões. Querem ainda saber quão o estudo ou análises são realizadas às águas do mar no Porto Velho de Santa Cruz, zona de banho para muitos residentes daquela área e os resultados das eventuais análises realizadas, bem como das conclusões sobre o seu impacto na saúde pública.

Os deputados do PSD/Açores, mais directamente envolvidos neste caso são José Manuel Bolieiro, António Maria Gonçalves e António Soares Marinho.

Deputados do PSD visitam a Ilha das Flores

Os Deputados José Manuel Bolieiro, da direcção do seu Grupo Parlamentar e Presidente da Comissão Parlamentar de Política Geral, António Soares Marinho, membro da Comissão Parlamentar de Economia, e o Deputado António Maria Gonçalves, eleito pelo círculo eleitoral das Flores e membro da Comissão Parlamentar dos Assuntos Sociais, promoveram uma visita oficial à ilha das Flores, estabelecendo vários contactos.

O programa da visita, organizado pelo Deputado António Maria Gonçalves, da ilha das Flores, incluiu contactos no Concelho de Santa Cruz e no Concelho das Lajes.

Dos diferentes contactos estabelecidos, destacam-se as reuniões levadas a efeito com muitos

dos accionistas privados da Siturflor – Sociedade de Investimento Turístico das Flores, SA, descontentes com o processo de Liquidação Judicial de Sociedades, em curso, e com uma cidadã signatária de uma exposição sobre o Porto Velho de Santa Cruz das Flores, que dirigiu ao Parlamento Regional.

A Região Autónoma dos Açores é a accionista maioritária, com mais de 38% do capital social da Siturflor, SA e os accionistas privados são mais de 40.

Os accionistas que manifestaram o seu descontentamento aos Deputados do PSD, quer pela generalidade do processo judicial de liquidação, quer pela recente, inesperada e mal fundamentada alteração do projecto de partilha do activo remanescente da sociedade, composto pelo saldo de depósitos bancários, no qual ficam totalmente de fora, com exclusividade de partilha à accionista Região Autónoma dos Açores.

Os accionistas, sentindo-se injustiçados por esta alteração, questionaram a atitude do accionista maioritário – a Região Autónoma dos Açores, cujos interesses são defendidos pelo Governo Regional, desconhecendo se o Presidente do Governo está ao corrente deste procedimento.

Os Deputados do PSD acompanharam os vários relatos dos accionistas sobre o caso, e comprometeram-se a agir politicamente em defesa do bom nome da Região, que em todos os negócios deve agir com honra e

sentido de justiça e da legalidade, começando imediatamente por dirigir ao Presidente do Governo Regional, através de requerimento parlamentar, um pedido de esclarecimento sobre toda a situação.

Os Deputados querem saber se o Presidente do Governo está ao corrente do processo judicial e se deu alguma orientação no sentido de concretizar os interesses da Região neste processo, com respeito pelos direitos e legítimas expectativas dos accionistas privados, no sentido de verem igualmente minimizados, tal como a Região, os prejuízos decorrentes da decisão de dissolução da Siturflor, SA.

Os Deputados do PSD, no encontro com a signatária da exposição sobre o Porto Velho de Santa Cruz, Maria do Rosário Ramos, (com que abrem estas “Notícias dos Açores”) viram reconfirmadas as denúncias e preocupações expressas no referido texto.

Com diversas soluções possíveis para resolver estas questões, aliás, sugeridas à autarquia, a opção no entanto foi teimosamente esquecer o problema, sem preocupação com as pessoas, nem com o ambiente.

Os Deputados do PSD comprometeram-se a interessar-se pelo caso, requerendo ao Governo Regional, pela via parlamentar, o estudo de impacto ambiental destas obras, bem como requerer os resultados das análises das águas e da avaliação do impacto desta situação na saúde pública do banhistas naquela tradicional zona de banho. – PSD/Açores



Militantes e CPS do PSD exigem que Governo comece a olhar para o País

Volvidos cinco meses, sobre a entrada em funções do actual Executivo, os Militantes do PSD de Braga manifestaram a sua profunda apreensão pelo desnorte que já se instalou no Governo de José Sócrates.

Tal como qualquer Português pôde constatar, este período ficou marcado por uma drástica inversão do discurso do Partido Socialista, pelo desrespeito dos compromissos assumidos na campanha eleitoral, por um vasto conjunto de trapalhadas e dissonâncias entre os membros do Governo e entre estes e o “aparelho” do Partido (que rapidamente se congratula com substituições de ministros enquanto guarda para próxima oportunidade as críticas ferozes aos que se mantêm em funções...).

Aliás, a avaliar pelos rótulos que alguns antes quiseram colar ao Governo de Coligação liderado por Pedro Santana Lopes, este Executivo apenas não se terá conseguido equiparar ao seu antecedente no incómodo provocado no Presidente da República em funções (?), que agora opta por assistir impávido e sereno aos desmandos da maioria.

Neste âmbito, regista-se também o beneplácito público perante o habitual mas despudorado assalto dos militantes rosa aos organismos desconcentrados do Estado, a nível nacional, regional e local.

Daí que, para o conjunto dos Militantes presentes neste Plenário, importa que o Governo se decida a olhar de frente para os problemas do País, criando efectivos estímulos à retoma da economia (e não planos de investimento de fachada, ao mesmo tempo que se retira a competitividade

às nossas empresas pelo aumento do IVA), reformando sectores como a Administração Pública, a Saúde, a Educação ou a Justiça (sem provocar desnecessários e ostensivos factores de instabilidade) e atendendo aos graves problemas sociais que emanam de um volume de desempregados crescente.

Também a nível regional, merece particular atenção a questão do desemprego e a criação de mecanismos de resposta que mitiguem esta realidade, atenuando as dificuldades de todos quantos mergulharam nesta dura realidade.

Ainda, os Militantes do PSD de Braga vêm com particular apreensão as sucessivas derivações do Ministro da Saúde, no que toca aos modelos de financiamento da construção dos novos Hospitais, que se espera não venham a pôr irremediavelmente em risco os prazos ou a própria construção do novo Hospital Central de Braga.

No plano da política nacional, os Militantes do PSD de Braga expressaram ainda uma palavra de forte estímulo e apoio ao Presidente do Partido, Dr. Luís Marques Mendes, e ao Secretário-Geral do PSD, Militante desta Secção,

Dr. Miguel Macedo, pelo esforço já desenvolvido no caminho da afirmação e credibilização do Partido Social-Democrata rumo às próximas vitórias eleitorais.

Ricardo Rio vai ser o próximo Presidente da Câmara de Braga

Os Militantes da Secção do PSD de Braga manifestaram o seu

entusiasmo com o trabalho sério e credível desenvolvido pela Coligação “Juntos por Braga”, que vem demonstrando um profundo conhecimento dos reais anseios dos Bracarenses e um projecto consistente e arrojado para dar uma Vida Nova a este Concelho, a partir do próximo dia 9 de Outubro.

Não é assim de estranhar que, a quase três meses das eleições, todos os estudos de opinião apontem já para uma escassa vantagem do Partido Socialista sobre a Coligação, o que serve para justificar o nervosismo latente nas hostes socialistas locais.

Neste cenário, a eventual candidatura de Mesquita Machado [que entretanto se veio a confirmar] resultaria de um irrecusável apelo desesperado de um Partido moribundo, em franca ebulição interna, como numa embarcação a caminho do naufrágio em que rareiam os salva-vidas...

Pelo contrário, evidencia-se a serenidade da Campanha da Coligação que, com rigor, sobriedade e sentido de responsabilidade, vem fazendo chegar aos Bracarenses as suas propostas para os diversos domínios da Gestão Municipal, recolhendo um apoio crescente de todos os sectores da população.

Ricardo Rio, que suspendeu as suas funções de Presidente da Concelhia do PSD – que agora passam a ser interinamente assumidas pelo Vereador Serafim Figueiral Rebelo, deu conta do calendário eleitoral, apontando para o início do mês de Agosto a apresentação dos vários candidatos da Coligação à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e

Juntas de Freguesia.

O programa eleitoral encontra-se em fase de organização, ao mesmo tempo que está em curso um processo de recolha de contributos junto de Militantes, Simpatizantes, Candidatos a Autarcas e Bracarenses em geral. A apresentação pública do Programa terá lugar no início do próximo mês de Setembro.

O Candidato da Coligação à Presidência da Câmara Municipal de Braga aproveitou este último Plenário antes das Eleições para apelar ao empenho de todos com vista à concretização de uma vitória histórica, perfeitamente ao alcance da Coligação, de que muito irão beneficiar todos os Bracarenses.

Ricardo Rio visitou Freguesia de Cabreiros

O candidato da Coligação “Juntos por Braga” à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, deslocou-se há dias, à Freguesia de Cabreiros.

Esta visita, integrada no ciclo de contactos com as várias Freguesias do Concelho a que deu início há cerca de três anos, então enquanto líder do PSD local, contou com a participação de vários autarcas locais, entre os quais o Candidato da Coligação “Juntos por Braga” à Assembleia de Freguesia de Cabreiros, António Rocha Araújo.

Registando com muita satisfação a forte motivação dos candidatos da Coligação, nesta Freguesia como um pouco por todo o Concelho, e a fortíssima adesão que estas candidaturas estão a suscitar – como hoje mesmo foi possível comprovar, Ricardo Rio pôde identificar alguns dos problemas com que esta Freguesia se depara e que constarão do Programa Eleitoral dos autarcas da Coligação.

Ricardo Rio visitou Freguesia de Panoias

O candidato da Coligação “Juntos por Braga” à Presidência da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, deslocou-se na semana passada à Freguesia de Panoias, para uma visita em que foi acompanhado pelos candidatos da Coligação a esta Assembleia de Freguesia, liderados por António Manuel Santos.

No decurso da visita realizada foi possível observar os traços de uma Freguesia fortemente prejudicada pela inércia da Junta de Freguesia, patente no desaproveitamento de todas zonas





de equipamento e lazer das urbanizações existentes, no abandono e destruição das únicas referências patrimoniais de Panoias (a Capela do Couto e a Ponte Romana), na incapacidade de promover a limpeza dos cursos de água e nas lacunas existentes no domínio social, no plano das acessibilidades e das infra-estruturas desportivas.

A incapacidade das várias Juntas de Freguesia que exerceram funções ao longo dos últimos mandatos é ainda visível nos prejuízos acumulados nos loteamentos promovidos por esta Autarquia (no Monte da Forca e em Agra Fonte), sem que os mesmos resultassem de condições particularmente favoráveis para os residentes e existindo ainda várias lacunas nas infra-estruturas associadas.

Bem pelo contrário, os Executivos da Junta de Freguesia têm-se entretido a “coleccionar” balneários no Campo de Futebol – já estão a ser construídos os terceiros – sem que qualquer deles reúna as condições de funcionalidade exigíveis, ao mesmo tempo que continua por concretizar o espaço social e as bancadas que poderiam propiciar melhores condições para a subsistência do Clube.

Ainda no plano desportivo, a Junta de Freguesia continua a assumir a “prioridade” da construção do Ringue Desportivo junto ao Campo de Futebol, de há 21 anos a esta parte, quando hoje a Freguesia já dispõe de um Ringue na EB 2, 3 do Cavado – que poderia ser colocado ao serviço da população.

Igualmente adiados há quase uma década estão o Polidesportivo e o Parque Infantil que deveriam ser criados na Urbanização do Monte da Forca, enquanto que o Jardim-de-Infância da Freguesia já leva três intervenções de manutenção com apenas quatro anos de existência.

No domínio das acessibilidades, proliferam as ruas estreitas, sem condições de circulação para as

viaturas, por falta de planeamento e por incapacidade de negociação com os proprietários dos terrenos vizinhos.

Ainda durante a visita de ontem, os Candidatos da Coligação **v e r i f i c a r a m in-loco** a forte poluição do Rio Torto, pouco mais que um quilómetro a jusante da ETAR de Frossos, do qual emanam cheiros nauseabundos e claros sinais de sujidade de águas outrora límpidas.

Aliás, a juntar às consequências da poluição, registre-se a falta de intervenção ao nível da limpeza das margens e da desobstrução dos cursos de água, que torna intransitáveis zonas como o Pontão do Assento, no centro da Freguesia, em épocas de maior cheia.

Ao invés de intervir a esse nível ou de preservar espaços com a tradição do Lavatório Público junto à Ponte do Rio da Guita – que servia também como espaço banear – a Junta de Freguesia desperdiçou avultadas verbas em obras como a referida Ponte do Rio da Guita, sem qualquer utilidade visível. – **CPS/PSD**

Notícias de Ovar

Álvaro Santos publica livro com ideias para o futuro do Concelho

“Um Novo Rumo para Ovar – Estratégias para a próxima década” é o título do livro recém-publicado pelo candidato do PSD à Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, cujo lançamento decorreu na passada sexta-feira, na Praia do Furdouro.

“É um momento de muita alegria, quase como o nascimento de um filho”, comparou o autor durante a sessão de apresentação da obra, que contou com as presenças do amigo e ex-ministro Arlindo Cunha, e do editor do livro, Eduardo Costa.

Escrito para servir como “ponto de partida para a reflexão” e “desafio à participação de todos na construção do futuro colectivo”, o volume está dividido em quatro capítulos. No primeiro, percorre-se a história do Concelho e os seus símbolos mais emblemáticos, porque “para construirmos o futuro, devemos começar por conhecer minimamente o passado”. A segunda parte da obra resume as questões do presente e do passado mais recente do município, na perspectiva assumidamente “pessoal e parcial” do autor, que destaca nesta secção os “sete pecados da gestão socialista”.

O capítulo seguinte é, por seu lado, “um motor de esperança” para os leitores, onde se apontam as grandes

potencialidades do território vareiro. O quarto e último capítulo avança um conjunto de estratégias para o futuro do Concelho, com uma ênfase particular no desenvolvimento económico, na intervenção social, no ambiente e na qualidade de vida, sem esquecer o modelo de governância da própria autarquia que, como defende Álvaro Santos, deve incentivar a participação de toda a comunidade nas decisões que dizem respeito ao colectivo.

Para deixar algumas pistas sobre os conteúdos e convidar à leitura, o autor aflorou algumas das suas ideias para a revitalização do sector económico, que é hoje uma das áreas mais fragilizadas e, simultaneamente, decisivas para o futuro do Concelho. Álvaro Santos lembrou a crise nas indústrias e citou o exemplo da fábrica Universal Motors, na freguesia de S. João, que “encerrou hoje definitivamente as suas portas, colocando mais cem pessoas no desemprego”. Mas revelou-se igualmente sensível às preocupações dos comerciantes pela abertura de grandes superfícies, num concelho onde a taxa de desemprego é excepcionalmente elevada e o poder de compra é escasso, o que poderá reservar um futuro ainda mais negro

para dezenas de lojas de comércio tradicional.

O editor Eduardo Costa, enquanto presidente do Conselho Empresarial de Entre Douro e Vouga, conhece bem a realidade do Concelho vareiro e mostra-se animado com a candidatura de Álvaro Santos à Câmara Municipal de Ovar. “Li as propostas dele delicioso e pensei que, finalmente, alguém em Ovar pensa como nós”, afirmou. “Cresceu-me o entusiasmo com a leitura deste livro porque entendo que, com o Álvaro Santos, Ovar vai juntar-se à nossa causa. As ideias que defende neste livro, sobretudo no que concerne ao desenvolvimento económico, empresarial e tecnológico, são aquelas que têm mesmo de ser postas em prática para acautelarmos o nosso futuro comum”.

Também o antigo ministro Arlindo Cunha – que tutelou o Gabinete de Estudos dirigido por Álvaro Santos durante o tempo em que assumiu a pasta do Ambiente – defende que o futuro da economia portuguesa dependerá da capacidade de produzir inovação, tecnologia e conhecimento, uma vez que deixará de ser possível competir com outros países através de factores como a mão-de-obra barata. Esta é a encruzilhada

em que Ovar também se encontra: “Nunca sonhámos nem previmos a situação em que estamos hoje. Agora temos de nos preparar e de reagir com a nossa massa crítica”, alerta o ex-governante. É neste contexto, diz, que “o Álvaro Santos tem uma experiência ímpar, porque desenvolveu estratégias muito bem sucedidas, em concelhos como a Maia e Oliveira de Azeméis, para enfrentar problemas deste tipo”.

Arlindo Cunha admite que, nos dias de hoje, as pessoas mais capazes e competentes tendem a fugir da política, até porque os sectores privados oferecem melhores garantias de sucesso profissional. Por isso, elogia a opção de Álvaro Santos, um candidato que “gosta tanto da causa pública que está disposto a pôr de lado uma carreira de êxito profissional para servir a sua terra”. E, momentos antes de pedir ao autor do livro que assinasse o seu exemplar, o antigo ministro deixou uma recomendação ao público presente: “Espero que os owarenses escolham o melhor para o seu futuro e não deixem de aproveitar a oportunidade de usufruir tudo aquilo que o Álvaro Santos tem para dar a esta terra”. – **Gab. Imp. PSD/Ovar**

A CPS e o problema dos incêndios

Nos dias difíceis do mês de Agosto, que o País atravessa com os incêndios a fustigarem todo o território nacional, e também com o concelho de Abrantes a ser novamente flagelado por inúmeros fogos, é necessário reagir, sempre nos limites da cidadania e do interesse colectivo.

Apesar das especulações e de outras acusações, na compreensão de todos os apelos – designadamente do Presidente da República – não se podem esquecer responsabilidades.

Estamos num momento em que todos os esforços são uma mais-valia para combater o drama que persiste, mas as contas serão feitas e as responsabilidades devidamente apuradas.

A Comissão Política de Secção do PSD de Abrantes lamenta a ocorrência dos violentos incêndios que deflagraram no nosso concelho.

Queremos, nesta hora difícil e de perda, dar amplo testemunho da nossa solidariedade para com todas as pessoas que, de qualquer modo, foram atingidas pelos violentos incêndios.

Queremos ainda prestar a nossa homenagem aos populares que, lado a lado com os Bombeiros e outros elementos da Protecção Civil, ajudaram a minorar os terríveis efeitos destes incêndios.

Queremos transmitir uma palavra de esperança e de confiança no futuro.

Todos os que aqui estiveram e aqui ficaram para ajudar a defender o nosso concelho merecem a nossa homenagem e o nosso respeito e gratidão.

Infelizmente, o nosso concelho ficou, depois destes dias, mais pobre. Mas é possível fazer de novo, diferente e para melhor.

É tempo de olhar para o futuro, aprendendo com as lições do passado.

É tempo de olhar de modo diferente para o nosso concelho.

É tempo de todos percebermos que

a floresta e a vida em mundo rural são um património e uma riqueza das sociedades.

É tempo de olhar a sério para a nossa floresta.

É tempo de romper com o passado, que ignorou as necessidades de defender a floresta e as aldeias do nosso concelho.

Onde estão os estradões e os aceiros? Onde está a distribuição generalizada dos kits de defesa (motobombas, depósito e mangueiras) a todas as povoações do concelho, através das Juntas de Freguesia e de associações e colectividades?

Porque não existe um Plano Municipal de Ordenamento da Floresta? Porque não existem mais depósitos de água?

Tudo isto é possível. Existem apoios para tornar real esta necessidade. Outros já o fizeram. Em Abrantes, infelizmente, esta não foi a opção socialista.

O resultado está à vista de todos. Um perfeito desastre. Uma perda tremenda.

Nos últimos dias, terão desaparecido mais de 15 mil hectares de floresta no concelho, a que temos de juntar as perdas de 2003 e anos anteriores.

No meio de tudo isto, o Presidente da Câmara Municipal esteve ausente dos acontecimentos, em dois dos mais trágicos dias da história de Abrantes.

Uma atitude que o PSD de Abrantes lamenta e condena.

Existe algo mais importante para um Presidente de Câmara do que o seu concelho, que jurou servir e defender?

Há algo que justifique virar costas ao concelho?

É tempo de olhar para o futuro e, sabendo o trabalho árduo que nos espera pela frente, não desmotivar, não virar a cara ao trabalho.

Juntos vamos conseguir reerguer Abrantes das cinzas a que fomos conduzidos!

«1ª Convenção sobre Fogos



Florestais»

No passado Sábado, dia 10, o Partido Social Democrata realizou a «1ª Convenção sobre Fogos Florestais», no Carvalhal, uma das áreas onde ardeu mais vasta área de território, na segunda quinzena de Agosto.

No encontro participaram cerca de 4 centenas de pessoas, oriundas de todas as freguesias do concelho de Abrantes, a maioria dos quais proprietários que perderam parte ou a totalidade da sua riqueza florestal.

Entre os oradores, Pedro Marques deu início à sessão para balizar os problemas em destaque e a debater: as causas, os responsáveis, as soluções, os apoios, a reforestação.

Presentes ainda nos oradores Luís Damas, proprietário florestal e técnico na Associação de Agricultores, Silvino Salgueiro, proprietário e técnico que trabalha numa empresa de projectos de arborização e ordenamento florestal, António da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia, proprietário e técnico do

sector, Ilídio Magalhães, proprietário e técnico superior do Ministério da Agricultura e António Louro, vereador na Câmara Municipal de Mação.

A intervenção foi, sobretudo, técnica, pedagógica e informativa, tendo resultado um amplo esclarecimento ao público presente.

Da exposição resultou uma enorme confiança no futuro da floresta no concelho de Abrantes, a qual terá de ser trilhada de acordo com a criação das Zonas de Intervenção Florestal mas onde deverá assumir ainda papel fulcral o reforço dos mecanismos de prevenção de incêndios e protecção civil.

Houve ainda espaço para apresentar algumas soluções possíveis para o encaminhamento da floresta ardida que permanece no local, após os incêndios de Agosto último.

Foi registada, igualmente, a diferença de investimento efectuada por Mação, que o coloca como concelho modelar no país na prevenção e ordenamento florestal, contra a realidade de Abrantes, de baixo investimento e de pouca resposta por parte da Câmara Municipal, designadamente na construção de depósitos de água, aceiros e estradões florestais, na estruturação da rede de caminhos florestais, na limpeza de linhas de água e sob as linhas eléctricas, na aquisição de kits de defesa compostos de depósito, mangueira e motobomba, no apoio aos proprietários florestais, entre outros.

Depois de uma parte técnica, com apresentação de questões por parte do público e entrando em terrenos políticos, Pedro Marques, candidato do PSD à Câmara Municipal de Abrantes, recordou os trágicos dias dos incêndios, entre 20 e 23 de Agosto, que assolaram 8 freguesias do concelho e referiu que “só fez falta quem esteve e quem esteve fez, de facto muita falta, porque houve quem tivesse preferido ir de férias para o estrangeiro, deixando para trás um concelho em chamas e as populações em aflição”, numa alusão ao Presidente da Câmara Municipal. - PSD/Abrantes





NÚCLEO DE QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes do Núcleo de Quarteira, para uma Assembleia de Núcleo, a realizar na sala da Junta de Freguesia da mesma localidade, no dia 15 de Outubro de 2005, pelas 20h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

-Eleição da Comissão Política de Núcleo;

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h30 e as 22h00 do dia 15 de Outubro.

Nos termos do nº4 do artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política de Secção, na sede de Secção, em Loulé, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Nos termos do disposto no artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir na sede concelhia, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212, 3º, sala 14, no dia 20 de Setembro de 2005, pelas 18h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Aprovação do programa eleitoral para as eleições autárquicas de 2005.



Grândola

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário ordinário da Secção de Grândola para o próximo dia 24 de Setembro de 2005 pelas 15h00 na Sede da JSD, sita na Avenida Jorge Nunes, n.º 47, 7570 Grândola, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política.

Núcleo do Bonfim

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário de militantes para o núcleo do Bonfim – Porto, para a sede na Rua Entreparedes, no dia 14 de Outubro de 2005, entre as 21.30 e as 23.00 com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo e da Mesa do Plenário

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS	
Continente	Regiões Autónomas
6 meses.....16,21€	6 meses.....22,45 €
12 meses.....29,93€	12 meses.....38,91 €
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> Apcio.....59,86€ </div>	
Estrangeiro	
	semestral anual
Espanha.....	22,45 € 38,91 €
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 € 64,84 €
Outros Países.....	59,86 € 94,77 €

BOLETIM DE ASSINATURA
PSD - Rua de São Castano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 21 3952140
Nome: _____
Morada: _____
Freguesia: _____
Cód. Postal: _____ Localidade: _____
Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual
Militante nº: _____
Junto envio cheque nº: _____
Segue Vale correio nº: _____
Junto numerário no valor de: _____
<i>Assinatura</i>

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido



É incerto o futuro da indústria têxtil na EU, ante a “Invasão Asiática”



O Parlamento Europeu votou, na terça-feira passada um relatório sobre o futuro da indústria têxtil na União Europeia, cuja discussão teve lugar na sessão anterior às férias parlamentares.

O Deputado do PSD, José Silva Peneda que na sua intervenção no Plenário do Parlamento tinha alertado para o facto de “em Junho de 2005 já terem sido ultrapassadas, e em larga medida, as quantidades negociadas entre a União Europeia e a China para o ano de 2005”, alertou para a importância das negociações actualmente em curso, conduzidas pelo Comissário Peter Mandelson e destacou a importância de que se revestiu, neste contexto da indústria têxtil, a Cimeira UE/China que se realizou na segunda-feira em Pequim e em que participaram Tony Blair e José Manuel Durão Barroso.

Silva Peneda, referindo-se os problemas da indústria têxtil portuguesa, como resultado da invasão dos produtos fabricados na China, afirmou que “este é o primeiro sinal de um novo fenómeno, até aqui desconhecido, e que tem a ver com um imparável processo de invasão da produção asiática nos nossos mercados. Os têxteis são o primeiro sinal, mas todos os outros sectores de produção virão a seguir”, acrescentou.

Defendendo a adopção por parte da União Europeia de cláusulas de salvaguarda, Silva Peneda considera, no entanto, que estas “não passarão de um paliativo” e que a Europa precisa “de definir uma política que permita enquadrar este tipo de novos problemas porque, tal como as coisas estão, há países na Europa que estão a ganhar com esta situação, enquanto outros, como Portugal, estão a perder”.

Acordo UE/Albânia

PE debate incêndios e inundações na Europa



O Deputado Europeu do PSD, Professor João de Deus Pinheiro afirmou, em Estrasburgo, que “calamidades como os incêndios ou as cheias são virtualmente imprevisíveis mas é crucial que todos possamos unir esforços, antes de mais para prevenir e depois, para tentar remediar”.

Num debate do Parlamento Europeu sobre os incêndios florestais deste Verão no sul da Europa e das inundações no centro da Europa, João de Deus Pinheiro, um dos autores, em conjunto com um Deputado espanhol e uma Deputada francesa, da proposta de resolução do PPE, defendeu que “a cooperação europeia neste campo pode e deve ser um exemplo para o cidadão comum das vantagens de uma acção europeia.

Saibamos também aqui, acrescentou, demonstrar com o exemplo vivo da cooperação e da solidariedade que a União dos Europeus, a nossa União, não é apenas retórica política. Mas é também desta forma que se pode e deve construir a Europa”.

Relembrando as imagens ainda recentes do Tsunami no Sueste Asiático e do furacão Katrina nos Estados Unidos, João de Deus Pinheiro disse que na Europa “temos, apesar de tudo, sido poupados a essas catástrofes maiores que martirizam centenas de milhares de pessoas. Mas, para quem vê desaparecer pelo fogo ou pela água todos os seus haveres ou modo de ganhar a vida, os incêndios ou

inundações têm uma escala de relevância inultrapassável”.

João de Deus Pinheiro afirmou ainda que visitou “alguns dos locais afectados em que, na sequência de uma seca sem precedentes nas últimas quatro décadas, em todo o país arderam serras e reservas naturais. Os cenários foram dantescos e passaram nas televisões de todo o mundo. Mas, disse, o Deputado social-democrata, o ‘dia seguinte’ não é menos aterrador”.



que residam sem autorização.

Carlos Coelho recordou que “os Acordos de readmissão celebrados entre a Comunidade Europeia e países terceiros revestem-se de uma importância fundamental na estratégia europeia de combate à imigração ilegal. Deste modo, acrescentou, e na sequência dos acordos de readmissão já celebrados com Hong Kong, Macau e Sri Lanka, surge este 4º acordo de readmissão que foi negociado e concluído entre a Comunidade Europeia e a Albânia, estando prevista a sua entrada em vigor até ao final deste ano”.

O Deputado social democrata sublinhou que “este acordo estabelece a obrigação da Albânia readmitir os seus nacionais que residam ilegalmente no território dos Estados Membros e reciprocamente impõe à União a obrigação de readmitir nacionais dos Estados Membros que residam ilegalmente no território da Albânia”.

Carlos Coelho manifestou preocupação, com os problemas “com que a Albânia se virá certamente a deparar aquando da sua execução e para a necessidade de apoiar este país nesse esforço” e pediu “uma atenção muito especial às questões relacionadas com o apoio a ser prestado à reintegração, com vista a um regresso sustentável”.

Relatório do PE sobre enguia Europeia

Com base na Comunicação de 2003 da CE relativa a um plano de acção comunitário para a gestão da enguia europeia, o Parlamento Europeu avançou recentemente com um relatório de iniciativa sobre esta matéria.



Considerando as demoras por parte da CE na aplicação do documento supracitado, o Parlamento Europeu, por intermédio da sua Comissão Parlamentar das Pescas tem vindo a tomar posição activa neste assunto. Atento a esta problemática que afecta directamente Portugal, o eurodeputado Social-Democrata, Duarte Freitas, avançou já com um conjunto de alterações ao projecto de resolução do PE.

Para Duarte Freitas “é importante que a Comissão Europeia atente aos actuais dados científicos fornecidos pelo ICES e que efectue estudos adicionais no sentido de se clarificarem dados essenciais relativos à distribuição biogeográfica desta espécie ameaçada no sentido de se perceber melhor a dinâmica destas populações “.

O eurodeputado açoriano criticou ainda a forma simplista como a CE abordou esta temática: “Mais uma vez a CE propôs na sua comunicação um conjunto de medidas lesivas para Portugal: o encerramento total à pesca, desembarque, transporte e comercialização de enguias durante 15 dias fixos por mês é inaceitável já que não existem evidências científicas que suportem esta tomada de posição”.

Duarte Freitas apresentou já um conjunto de alterações ao relatório de iniciativa do PE que considera “positivo no essencial”, no sentido de “defender melhor os interesses específicos de algumas comunidades que em Portugal se dedicam à pesca da enguia”.



Secção da JSD de Oliveira de Frades promove jantar convívio

A secção da JSD de Oliveira de Frades organizou no passado dia 3 de Setembro um jantar convívio, que contou com a presença de cerca de 400 jovens, superando as melhores expectativas.

Após a concentração junto à sede de Campanha do PSD o grande grupo de jovens rumou ao Parque Desportivo enchendo as ruas por onde passavam e criando uma verdadeira ONDA LARANJA.

Chegados ao local do jantar foram apresentados com uma actuação de um grupo de Dança de Oliveira de Frades. Seguiu-se o jantar onde a descontração e o bom ambiente foram as notas dominantes.



A noite foi ainda abrilhantada pelo grupo musical "G'anda Tanga" que com a sua boa disposição e irreverência muito animaram os presentes.

Depois do jantar decorreram as habituais intervenções políticas, ficando estas a cargo de um representante da JSD de Oliveira de Frades, do Presidente da CPD-JSD Viseu e do candidato do PSD à Câmara Municipal, Luís Vasconcelos. Este último reafirmou no seu discurso, o seu apoio aos jovens apresentando diversos projectos concretos relacionados com a juventude no concelho.

A Secção de Oliveira de Frades está a dar os primeiros passos após um longo período de inactividade, tendo ficado a sensação de que os jovens querem e precisam de uma JSD forte, dinâmica e que apoie a juventude.



Secção da JSD de Ourém promove Troféu de Karts

Decorreu no passado domingo, 2 de Setembro, no kartódromo Funpark de Fátima, o Troféu JSD Ourém, que reuniu cerca de 50 companheiros e amigos de todo o concelho para uma competição em que saiu vencedora a boa disposição e o desportivismo. Os participantes foram divididos em 15 equipas de 2 a 4 membros, sendo a corrida disputada em várias mangas com substituição de condutor. Desta forma, também se salientou a importância do trabalho e espírito de equipa para alcançar os melhores resultados e objectivos. Foi assim, que se pretendeu também marcar a rentrée da JSD Ourém, de uma forma bastante energética, sob o mote "Vem acelerar rumo à Vitória!".



Secção da JSD de Montemor-o-Novo dá os primeiros passos

Montemor-o-Novo tem a mais recente secção da Juventude Social Democrata.

Com o apoio da Comissão Política Distrital da JSD, um grupo de jovens liderados pela agora Presidente da Secção, Joana Crespo, iniciaram há alguns meses o processo de formação desta nova secção. Este foi consumado no passado sábado, 3 de Setembro, com a realização de eleições.

A nova secção conta já com mais de 30 militantes dispostos a divulgar e lutar pelos ideais sócias democratas em terras alentejanas.

Depois da eleição decorreu um jantar convívio com elementos da CPD-JSD de Évora que se congratula com a criação de mais uma secção, a segunda neste mandato.



Secção da JSD de Santarém lança campanha jovem com outdoors

No âmbito da candidatura do PSD à Câmara de Santarém, encabeçada por Francisco Moita Flores, a JSD local lançou outdoors próprios com o objectivo de consciencializar os jovens relativamente à importância do voto.

Há-que fazer uso deste seu direito para acabar definitivamente com a política desastrosa que o PS tem seguido à frente da autarquia.



TSD fazem proposta de uma Política de Rendimentos para 2006

1. O Estado do País – da Esperança à Frustração

Os portugueses acreditavam que com o novo governo saído das eleições de 20 de Fevereiro, haveria novas políticas, o futuro pudesse ser encarado com mais confiança e as dificuldades que pesavam sobre as famílias e as empresas comessem a aliviar.

Seis meses decorridos, a esperança deu lugar à frustração, porque o governo fez questão de adoptar medidas políticas rigorosamente contrárias às promessas feitas pelo PS na campanha eleitoral, não havendo uma linha de rumo coerente que mobilize o País

Os portugueses que de boa fé confiaram nas promessas feitas pelo PS – pensando que com um governo socialista “o leite e o mel” iam correr abundantemente pelas ruas e que os sacrifícios eram coisas do passado – constataam hoje que foram deliberadamente enganados.

Nem as bandeiras mais emblemáticas da campanha eleitoral – não aumentar os impostos, criar 150 mil postos de trabalho e assegurar uma pensão mínima mensal de 300 euros aos idosos – o governo teve a preocupação de minimamente respeitar.

Antes tem preferido lançar uns “very lights” para ocupar os órgãos de comunicação social e entreter a opinião pública, de que são exemplos – a venda de medicamentos fora das farmácias, mas seis meses depois continua tudo na mesma; o ataque aos “privilégios” dos funcionários públicos, injustamente acusados como os responsáveis pelos males do défice público; o demagógico ataque aos juizes, enquanto a justiça está cada vez pior; o conflito com as forças de segurança pública, numa manifestação de insensibilidade que é também um sinal de irresponsabilidade; a retirada dos “privilégios” aos políticos, apresentada da forma mais demagógica e populista.

Em contrapartida, não há uma única reforma de fundo que seja identificada com uma verdadeira estratégia nacional capaz de relançar a economia e o progresso social do País.

Os problemas económicos continuam sem obter a necessária resposta, Portugal continua a divergir pelo sexto ano consecutivo da média da União Europeia, a



competitividade da nossa economia não melhora, o desemprego mantém-se como o maior drama de centenas de milhares de famílias e as dificuldades sociais atingem cada vez mais portugueses.

É este quadro que caracteriza a acção governativa, que vem desbaratando o élan e a confiança recebida nas urnas, incapaz de definir um rumo, apontar o caminho, despertar as energias nacionais, e, assim, arrancar para um novo ciclo de crescimento e para um futuro melhor que a sociedade portuguesa quer e merece.

É urgente reagir e combater este clima de apatia e indefinição, porque apesar de bem sabermos que o enquadramento externo não é favorável em termos económicos, também não é menos certo que os portugueses são capazes de vencer as dificuldades presentes, tal como no passado souberam vencer crises bem maiores.

Assim o governo assuma um projecto alicerçado em objectivos claros e grandes causas nacionais e tenha capacidade política para convocar os portugueses e suas instituições para o realizar, com trabalho, rigor e confiança.

2. Salários

Os indicadores macroeconómicos apontam para um crescimento muito baixo da nossa economia até 2008, que não ultrapassará 1% a 1,5%.

Este horizonte de dificuldades impõe a orientação de políticas económicas creíveis e estáveis,

que captem investimento e novos projectos e mereçam o mais amplo envolvimento das forças políticas e sociais, designadamente o governo, os parceiros sociais e o principal partido da oposição.

A área das exportações tem de ser uma vertente especial da política económica, mas o consumo interno deve ser igualmente considerado um elemento importante para ajudar à retoma da economia e à criação de emprego.

Não é aceitável continuarmos a sustentar a competitividade da nossa economia na base de baixos salários, como é tradicional no País.

As dificuldades da nossa economia mostram que esse não é o caminho.

Com realismo e equilíbrio, para não agravar mais os problemas das empresas, temos de romper com essa tese e com esse discurso.

De acordo com as previsões do Banco de Portugal para 2006, prevê-se para o nosso País um crescimento do PIB de 1,5%, inflação 2,4%, produtividade por trabalhador 1% e crescimento do emprego 0,1%.

Para os TSD, as actualizações salariais para o próximo ano devem ter em conta a taxa de inflação esperada e os ganhos de produtividade, devendo ainda as propostas salariais ser ajustadas à realidade concreta de cada empresa e sector.

É nesse sentido que os TSD propõem o aumento de 3,5% para negociação dos salários em 2006,

referencial este que deve ser flexível face à situação económica e financeira das empresas e sectores de actividade, com variações entre os 3% e os 5%.

3. Salário Mínimo Nacional

A evolução do Salário Mínimo Nacional tem sido caracterizada pela perda de poder de compra nos últimos seis anos, excepção feita ao ano de 2001.

O SMN deve caminhar para o valor de 60% do salário médio nacional, em consonância com as recomendações da União Europeia e com o objectivo de proporcionar as condições mínimas de uma vida decente a quem trabalha.

Nos últimos seis anos houve uma significativa quebra do peso do salário mínimo no salário médio, baixando de 51,7% em 1999 para 47,9% em 2004, quando devia evoluir em sentido contrário.

Evolução do SMN

As razões orçamentais – porque há importantes prestações sociais indexadas ao salário mínimo – têm condicionado mais a actualização deste salário do que razões de competitividade das empresas.

É necessário que os critérios de definição do salário mínimo sejam de base económica e social e não sejam determinados por constrangimentos orçamentais, como vem acontecendo nos últimos anos.

É neste quadro que os TSD propõem um aumento de 5% para o Salário Mínimo Nacional, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

Este aumento de 5% sobre o valor actual de 374,70, corresponde à banda superior do referencial negocial proposto para os restantes salários e representa um SMN de 393,50 para o próximo ano.

4. Pensões

Apesar de alguns avanços anunciados, no sentido de melhorar as pensões mais degradadas e aproximá-las ao salário mínimo

nacional, o facto é que os nossos reformados e pensionistas têm o seu poder aquisitivo crescentemente debilitado.

Impõe-se uma efectiva política de solidariedade para com os portugueses já afastados da vida activa e que são aqueles que maiores dificuldades enfrentam.

É com esta preocupação de justiça social e tendo também presente as capacidades de sustentabilidade financeira do sistema de segurança social que os TSD defendem:

- a) Pensões do regime geral acima do SMN 3,5%
- b) Pensões do regime geral abaixo do SMN 5%

c) Pensões de invalidez e velhice:

Com esta actualização pretende-se acautelar alguma melhoria do poder de compra deste sector da nossa população mais desfavorecida e insere-se nas capacidades financeiras do sistema da segurança social.

5. Abono de Família

Os TSD propõem uma actualização desta prestação social de 5% em todos os escalões.

A progressividade do Abono de Família em função do rendimento do agregado familiar, apoiando

mais quem menos ganha, é um princípio aceitável mas que não está isento de riscos de injustiça, particularmente nos 4.º e 5.º escalões.

Consideramos também que quando a criança atinge os 12 meses, a quebra no Abono é muito significativa, particularmente nos três primeiros escalões, sendo desejável que seja adoptado o critério de aplicar 40% da prestação usufruída nos primeiros 12 meses, em todos os escalões, após a criança atingir um ano de idade. – O Secretariado Nacional

Depois da tragédia, a farsa – a história repete-se.

Os TSD de Lisboa denunciam «manigâncias» do PS, do Primeiro-Ministro e do seu Governo

O Secretariado da Distrital dos TSD de Lisboa decidiu:

Denunciar a estratégia esquizofrénica do 1º Ministro e do PS que consiste em:

1º - Lançar para a discussão pública a candidatura à Presidência da República de um fundador do PS, que tem passado os últimos anos a afirmar a pés juntos que abandonou a política, numa tentativa de arranjar um “ balão de oxigénio “ para atenuar as medidas duras e injustas que estão a aplicar aos Portugueses e fazer com que os cidadãos esqueçam o aumento brutal dos impostos, o ataque sem precedentes aos funcionários públicos, o crescimento preocupante da criminalidade, o aumento progressivo do desemprego, isto para além de outras medidas perfeitamente desajustadas que só poderão prejudicar irreversivelmente o crescimento e desenvolvimento do País;

2º - Na Assembleia da República, foi aprovado pela maioria PS mais sacrifícios para os trabalhadores da Administração Pública, em clara contradição com as orientações da O.I.T.;

3º - Iludir os Lisboaetas, quanto à sua clara intenção de penalização do governo e do PS nas próximas eleições autárquicas, desviando a atenção para a figura do caudilho Soares, até há pouco, acérrimo defensor das medidas deste governo;

4º - Entreter a opinião pública causando justificada perplexidade com a candidatura Presidencial de um ex-presidente, que pretende que a história se repita, para que os lisboetas se esqueçam das diversas trapalhadas, sobretudo da recente demissão do Ministro das Finanças, que estava em exercício à 4 meses, num governo de maioria, que apenas pode ser entendida num clima de fortes pressões internas do PS. Então, o Sr. Primeiro Ministro mente aos Portugueses e aos Lisboaetas!! Mas não está sozinho... porque também o Sr. Presidente da República ainda não se pronunciou sobre o assunto junto dos Portugueses. E porque será?... Noutros tempos nem hesitou! Parece que a mudança de governo se traduziu, igualmente, numa mudança dos critérios de equidade do Sr. Presidente da República no que respeita à avaliação de idênticos cenários políticos...

Portugueses, Lisboaetas,

Não há ideias novas para o País,(os projectos do TGV e do novo Aeroporto, depois do que estão a fazer aos trabalhadores e às empresas, é brincar com os Portugueses) o governo está mais interessado em tratar destes e outros projectos - para ocupar a agenda - do que em apresentar soluções credíveis e sustentáveis aos parceiros sociais e económicos, nomeadamente aos Sindicatos e aos Empresários, para ultrapassar a crise existente no País.

Portugueses, Lisboaetas,

O Eng.º Sócrates e o PS querem que acreditemos na história, mas não nos deixemos iludir. Quando a história se repete duas vezes, a primeira é tragédia e a segunda é farsa. Nem o actual 1º Ministro se compara com o de então Prof. Cavaco Silva – que teve o mérito de relançar a economia e originar um crescimento colossal do nível de vida dos portugueses, - nem o ex-presidente Soares, que agora medita e ausculta opiniões da sociedade civil quanto à sua eventual recandidatura a Presidente da República, é de uma área política distinta da do 1º Ministro – como foi no passado.

– TSD/Lisboa



Conselho estratégico

O novo órgão consultivo criado no Congresso de Pombal reuniu pela primeira vez

Reuniu pela primeira vez, na sede do PSD, em Lisboa, o novo órgão consultivo que Luis Marques Mendes criou, após o último congresso, em Pombal, sob o signo de “Menos Estado e Melhor Estado”.

No final da reunião Eduardo Catroga, escolhido para porta-voz, informou que a preocupação central dos conselheiros foi “o novo modelo do desenvolvimento económico e social” e a tentativa de “encontrar novas vias para melhorar o bem-estar dos portugueses”.

O antigo ministro das Finanças dos governos de Cavaco Silva defendeu ser necessária “uma viragem” e que Portugal precisa de melhorar os seus índices de produtividade.

«Ora, isso passa» - sublinhou Catroga, pela «implementação de políticas públicas de melhoria da produtividade, que por sua vez passa por uma redefinição do papel do Estado na economia e na sociedade»

Acrescentou que a visão dos conselheiros de Marques Mendes é que o Estado «...deve ser motor do desenvolvimento», através, fundamentalmente, da criação de «um bom ambiente para as pessoas e as empresas, e não um entrave».

Defendendo a ideia de que «Portugal é viável» se os agentes políticos,



económicos e sociais aplicarem medidas como a «reestruturação do Estado» e do «aparelho produtivo», Eduardo Catroga afirmou que «... o grande papel, o papel fundamental, cabe às empresas, como ‘célula base’ da economia.»

Para o PSD, segundo ao consenso dos seus novos conselheiros, o País deve apostar mais “na exportação de bens e em serviços de valor acrescentado”, melhorando portanto a qualidade dos mesmos.

A par com este “upgrading”, Catroga defendeu ser necessário, para “dar a volta à actual conjuntura”, criar “novas actividades, investimento produtivo nacional e internacional”. Só assim, disse, “Portugal tem solução.”

A reorganização das funções do Estado

A reorganização das funções do Estado foi também muito discutida na reunião, como esclareceu o antigo ministro. Considerando que “as despesas do Estado absorvem cerca de 50% da riqueza do País”, Eduardo Catroga pôs em causa o actual modelo e lembrou que “... uma parte significativa do rendimento das pessoas vai para pagar impostos”. O que, deu a entender, tem de ser reduzido, “sem prejuízo das funções sociais do Estado.”

Catroga assegurou que o Conselho Estratégico do PSD irá começar a trabalhar na forma de repensar toda a organização do Estado, a qual deve ser acompanhada de “um processo de reforma da Administração Pública”.

E deixou o alerta “O Estado actual é um bloqueio ao desenvolvimento económico e social.” O economista traçou um paralelo com as empresas, que “para sobreviverem têm de inovar”, adiantando que um dos males para que o Estado não faça o mesmo é a falta de “pressão”.

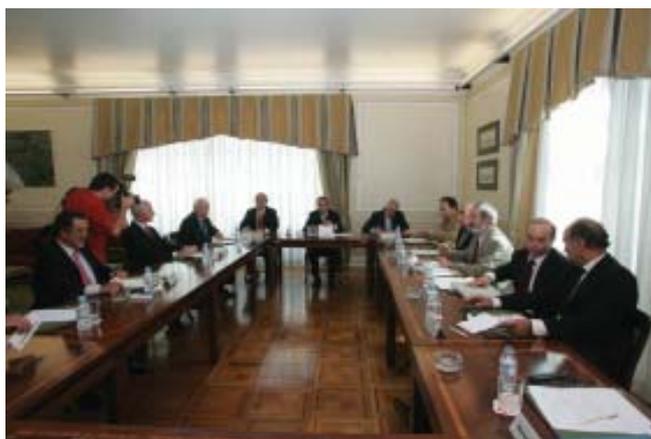
Esta pressão, referiu Catroga, tem de vir da sociedade civil e das associações, no sentido de também o Estado, nas suas áreas de responsabilidade, “produzir bens e serviços de qualidade e a um melhor preço”. Dai que tenha anunciado que o objectivo deste grupo de reflexão que rodeia o líder do PSD - que Catroga diz não se assemelhar em nada a um “Governo-sombra” - é criar condições para que no futuro venha a existir um “Estado mais sensível também às pessoas, e mais preocupado com os seus custos.”



Questionado pelos jornalistas sobre se será necessário voltar a mexer na Constituição para fazer algumas destas reformas, Eduardo Catroga afirmou “Foi referido [na reunião] que a Constituição tem de ser reavaliada à luz da melhoria de vida dos portugueses”.

Esta questão, que foi levantada por um dos conselheiros durante a reunião, levou a que Catroga considerasse que “a Constituição não deve ser um tabu” pois é, acima de tudo, “é um instrumento jurídico” e que é necessário ter em conta, quando se trata de proceder à alteração do modelo económico.

O Conselho Estratégico do PSD é um órgão “informal, meramente consultivo e não estatutário”, disse Eduardo Catroga. O Conselho reunirá de dois em dois meses e conta com um elenco fixo de oito independentes e oito militantes do PSD: António Nogueira Leite (economista, secretário de Estado nos governos de Guterres), Eduardo Catroga (economista), António Borges (economista), Carlos Moreira da Silva (quadro superior da Sonae), António Cardoso Pinto (Efaced), José Pacheco Pereira (professor universitário e escritor) Luísa Antas (Banco Finantia), Manuel Vilares (Banco de Portugal), João Lobo Antunes (neurocirurgião, mandatário de Jorge Sampaio na reeleição, em 2001), João de Deus Pinheiro (ex-Comissário Europeu e eurodeputado), Daniel Proença de Carvalho (advogado), Vasco Graça Moura (eurodeputado), Manuel Porto (ex-eurodeputado), Manuel Antunes (cirurgião cardiovascular)



e Ângelo Correia (engenheiro e empresário)

O Conselho Estratégico do PSD, defendeu como prioridade, a necessidade de uma redefinição das funções do Estado, através de reformas na Economia na Sociedade e na Constituição da República.

No decorrer do Conselho, Marques Mendes ouviu as posições dos ex-ministros Ângelo Correia, Carlos Pimenta, João de Deus Pinheiro e Eduardo Catroga, do ex-secretário de Estado Nogueira Leite, dos administradores Moreira da Silva, Cardoso Pinto e Manuel Vilares, do médico Manuel Antunes, do ex- eurodeputado Pacheco Pereira e do advogado Proença de Carvalho. – PL, Lusa, fotos Luis Saraiva

